

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE CIÊNCIAS EXATAS E DE TECNOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENGENHARIA
URBANA**

**A IMPLANTAÇÃO DE BANCOS COMUNITÁRIOS E
DESENVOLVIMENTO SOCIAL: o Banco Palmas - CE e o
União Sampaio - SP**

MAXIMILIANO ENGLER LEMOS

**SÃO CARLOS
2013**

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE CIÊNCIAS EXATAS E DE TECNOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENGENHARIA URBANA

**A IMPLANTAÇÃO DE BANCOS COMUNITÁRIOS E
DESENVOLVIMENTO SOCIAL: o Banco Palmas - CE e o
União Sampaio - SP**

MAXIMILIANO ENGLER LEMOS

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Engenharia Urbana da Universidade Federal de São Carlos, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em Engenharia Urbana.

Orientação: Prof. Dr. Luiz Antonio Nigro Falcoski

Coorientação: Profa. Dra. Carolina Maria Pozzi de Castro

SÃO CARLOS
2013

**Ficha catalográfica elaborada pelo DePT da
Biblioteca Comunitária da UFSCar**

L557ib

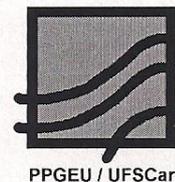
Lemos, Maximiliano Engler.

A implantação de bancos comunitários e desenvolvimento social : o Banco Palmas - CE e o União Sampaio – SP / Maximiliano Engler Lemos. -- São Carlos : UFSCar, 2013.
81 f.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal de São Carlos, 2012.

1. Engenharia urbana. 2. Bancos comunitários. 3. Planejamento urbano. 4. Tecnologias sociais. I. Título.

CDD: 711 (20^a)



FOLHA DE APROVAÇÃO

MAXIMILIANO ENGLER LEMOS

Dissertação defendida e aprovada em 30/08/2012
pela Comissão Julgadora

Prof. Dr. Luiz Antonio Nigro Falcoski
Orientador (DECiv/UFSCar)

Prof. Dr. Auro Aparecido Mendes
(IGCE/UNESP)

Prof. Dr. José Francisco
(DECiv/UFSCar)

Prof. Dr. Ricardo Siloto da Silva
Coordenador do CPGEU

A Rosângela (Rosinha, Big), pessoa inesquecível, batalhadora, guerreira, com quem vivi momentos felizes da minha vida e com quem aprendi que o tempo não é o diferencial e sim a intensidade. Com amor pra mineira do Desemboque.

*“Se eu pudesse voltar aos bons tempos de criança
Reviver a juventude com muita perseverança
Morar de novo no sítio na casa de alvenaria
Ver os pássaros cantando quando vem rompendo o dia
Eu voltaria a rever o pé de manjerição
A curruira morando lá no oco do mourão
Os bezeros do piquete e nossas vacas leiteiras
O papai tirando leite bem cedinho na mangueira*

*Eu voltaria a rever o ribeirão Taquari
Com suas águas bem claras onde eu pesquei lambari
O nosso carro de boi, o monjolo e a moenda,
As vacas Maria-Preta, Tirolesa e a Prenda
Na varanda tábua grande cheia de queijo curado
E mamãe assando pão no forno de lenha ao lado
Nossa reserva de mato, linda floresta fechada
As trilhas fundas do gado retalhando a invernada*

*Queria rever o sol com seus raios fluorescentes
Sumindo atrás da serra roubando o dia da gente
O pé de dama-da-noite junto ao mastro de São João
Que até hoje perfumam a minha imaginação
O caso é que eu não posso fazer o tempo voltar
Sou um cocão sem chumaço que já não pode cantar
Hoje eu vivo na cidade perdendo as forças aos poucos
Mas não consigo perder o meu jeitão de caboclo”.*

AGRADECIMENTOS

Gostaria primeiramente de agradecer a Deus, pela saúde, pela perseverança e pela inteligência a mim concebida para realizar esta dissertação.

Agradeço a Universidade Federal de São Carlos, e a todo corpo docente do curso de Engenharia Urbana, assim como meus colegas de curso e os profissionais da secretária do PPGEU, pois contribuíram diretamente para que eu pudesse atingir o título de Mestre.

Agradeço especialmente ao Coordenador do curso, o Professor Ricardo Siloto, pois sempre foi uma pessoa muito compreensiva e amiga nas horas que precisei, agradeço imensamente as professoras Rochelle e Luciana Gonçalves que me ajudaram e me deram oportunidades durante este período, assim como o Professor José Francisco que sempre foi prestativo e um grande contribuidor de conteúdo para a dissertação. Deixo aqui meu agradecimento aos meus orientadores, Prof. Falcoski, que acreditou no meu trabalho e no tema da pesquisa, um visionário e uma das pessoas mais inteligentes que conheço, e claro, a minha co orientadora e amiga, Profa. Carolina (Carol), que me apoiou, ouviu e me incentivou muito, vocês são incríveis, um obrigado muito especial à vocês dois. Agradeço muito a receptividade das pessoas que me acolheram em São Paulo e em Fortaleza para os trabalhos empíricos, agradeço à Rosângela (*in memoriam*) que esteve do meu lado enquanto pôde e acreditou no tema desde o primeiro contato e foi de suma importância para a realização dos trabalhos de campo. Meu amigo Alexis Maximiliano (Argentino), um irmão que eu tenho e como sempre foi essencial e prestativo, muito obrigado, assim como minha prima Gabriela que tanto me ajudou na fase final. Agradeço as pessoas que diretamente ou indiretamente estiveram presentes nesta fase da minha vida, jamais esquecerei: Benicio e Suzana (meus pais), minha irmã e grande amiga Renata, meu tio Ulisses, minha prima Carolina, Professor Auro, meus amigos: Breno Hernandez, Marcel Hakime, Pedro Lemos, Fabiana Fanan, Lia Pucci, Juliano Machado, Betim Taveira. Agradeço a todos vocês.

RESUMO

Em resposta às desigualdades da economia em escala mundial, outra forma de organização econômica se desenvolveu no cenário econômico e social no mundo todo, inclusive no Brasil. Tal configuração ganhou força a partir do fim do século passado, sendo denominada “Economia Solidária”. Esta promove um fenômeno de inclusão social e econômica dos trabalhadores, através de Empreendimentos Econômicos Solidários. Dentro desse contexto, os EES difundiram-se por todo o território brasileiro, principalmente ao final da década de 1990. Existe, atualmente, no país um expressivo número de trabalhadores organizados democraticamente e igualmente em empreendimentos econômicos solidários. Esta pesquisa tem por objetivo verificar uma forma de EES, os Bancos Comunitários, e como eles se mostram eficazes para o desenvolvimento social dos territórios, além de buscar aferir como tal instrumento pode servir de estratégia nas políticas públicas e no planejamento do território. O estudo em questão identificou os ajustamentos, características e potencialidades necessárias ao território, para a implantação de um Banco Comunitário. A referida investigação científica procurou, também, compreender os fatores locais de políticas públicas que influenciam ou condicionam o desenvolvimento dos territórios atendidos por esta tecnologia social. A pesquisa teve início em março de 2010, com a parte preliminar do levantamento bibliográfico acerca dos temas pertinentes à dissertação. Em dezembro de 2010, um trabalho de campo foi realizado, a fim de analisar um Banco Comunitário localizado na cidade de São Paulo – SP. No que concerne ao teor metodológico, a pesquisa é qualitativa e quantitativa, com levantamento e avaliação de variáveis, informações, dados bibliográficos e estudos empíricos em dois territórios atendidos pelos Bancos Comunitários – Jardim Maria Sampaio na cidade de São Paulo/SP e Conjunto Palmeiras em Fortaleza/CE, respectivos Banco União Sampaio e Banco Palmas. Quanto aos produtos, foram obtidos resultados sobre a implantação, as adequações e as políticas públicas para os Bancos Comunitários nos territórios brasileiros, além da verificação do possível desenvolvimento social dos territórios atendido.

ABSTRACT

In response to the worldwide economic inequality, another form of economic organization has been developed in the social and economic context all around the world, including in Brazil. Such organization started to become evident in the end of last century, being known as the “Solidarity Economy” which promotes a phenomenon of social and economic inclusion among workers through Solidarity Economy Enterprises. The SEE was spread all over Brazil territory especially in the late 1990’s. Nowadays, there is a significant number of workers that are equally and democratically organised through the Solidarity Economy Enterprises. The main aim of this research is to analyse one form of SEE, the Community Banks, as well as to analyse their efficiency in terms of social territorial development and how this tool can be served as strategy for public politics and territory planning. This study has identified the necessary adjustments, features and potentiality in a territory for the implementation of a Community Bank. This scientific study has also aimed at the understanding of local public politics factors that influence or lead to the territorial development where this social technology is present. The research started in March of 2010 with the preliminary stage of bibliographical survey on the related topic of this dissertation. In December of 2010, a field research was carried out in order to analyse one Community Bank in São Paulo city. The research is based on quantitative and qualitative methodology with the raising and evaluation of variables, information, bibliographic data and empirical study in two territories that have Community Banks – Banco União Sampaio in Jardim Maria Sampaio in the city of São Paulo/SP and Banco Palmas in Conjunto Palmeiras in the city of Fortaleza/CE. Concerning the products, it was possible to obtain results of the implementation, the adaptations and the public politics for the Community Banks in the Brazilian territory, as well as the verification of the possible social development in the territories concerned.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	1
1 ASPECTOS CONCEITUAIS DO DESENVOLVIMENTO	4
1.1 ECONOMIA SOLIDÁRIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL DO TERRITÓRIO.....	6
1.2 ECONOMIA SOLIDÁRIA E FINANÇAS SOLIDÁRIAS	11
1.3 INCLUSÃO DE FINANÇAS SOLIDÁRIAS EM DIFERENTES TERRITÓRIOS	12
1.4 FINANÇAS SOLIDÁRIAS NO BRASIL	18
2 BANCO COMUNITÁRIO: alternativa viável para o desenvolvimento que queremos?	24
2.1 BANCO COMUNITÁRIO.....	24
2.2 MÉTODO	29
2.2.1 Fase exploratória	31
2.2.2 Fase exploratória - trabalhos de campo.....	31
2.2.3 Fase descritiva.....	34
2.2.4 Fase analítica	35
2.3 HISTÓRICO DOS BANCOS COMUNITÁRIOS: Banco Palmas – primeira experiência de banco comunitário no Brasil.....	36
2.3.1 Histórico da experiência do Conjunto Palmeiras	37
2.3.2 A organização endógena do bairro-associação dos moradores do Conjunto Palmeiras-ASMOCONP	40
2.4 BANCO PALMAS E O INICIO DA REAPLICAÇÃO DA METODOLOGIA DE BANCOS COMUNITÁRIOS.....	43
2.5 FUNCIONAMENTO DO BANCO PALMAS.....	47
2.6 BANCO COMUNITÁRIO UNIÃO SAMPAIO-SP	54
2.6.1 Histórico do Jardim Maria Sampaio	55
2.6.2 Criação do Banco União Sampaio	57
2.6.3 Funcionamento do banco	59
3 BANCOS COMUNITÁRIOS SEUS DIFERENCIAIS E O DESENVOLVIMENTO SOCIAL DO TERRITÓRIO	64
3.1 QUEM PRECISA DE UM BANCO COMUNITÁRIO?.....	65

3.1.1 Quem pode ter um Banco Comunitário?.....	66
3.2 DIFERENCIAIS E SINGULARIDADES DA TECNOLOGIA SOCIAL: Banco comunitário	66
CONSIDERAÇÕES FINAIS	69
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	73
ANEXOS	79

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 –	Moedas sociais de diferentes lugares do mundo	13
Figura 2 –	Moeda social – SOL	14
Figura 3 –	Símbolo da associação dos usuários da moeda social – SOL	15
Figura 4 –	Símbolo do Banco Grammen	16
Figura 5 –	Mapa mundial de moedas sociais	18
Figura 6 –	Cartaz de Feiras de Trocas Solidárias - Porto Alegre-RS	19
Figura 7 –	‘Miruca’, moeda social utilizada na Feira de Trocas Solidárias do Centro de São Paulo – SP	20
Figura 8 –	Palmas, moeda social do Banco Palmas – Fortaleza-CE	23
Figura 9 –	Localização do Conjunto Palmeiras em relação à área litorânea	38
Figura 10 –	Foto atual da sede da ASMOCONP	40
Figura 11 –	Funcionamento básico de crédito – Banco Palmas	42
Figura 12 –	Banco Palmas cartaz da ASMOCONP no Banco Palmas	43
Figura 13	Mapa da distribuição dos Bancos Comunitários no Brasil (2012)	46
Figura 14 –	Foto do muro do Banco Palmas	49
Figura 15 –	Usuários do Banco Palmas	51
Figura 16 –	Foto da parede lateral interna do Banco Palmas	52
Figura 17 –	Localização Banco União Sampaio na cidade de São Paulo	55
Figura 18 –	Símbolo da União Popular das Mulheres	56
Figura 19 –	Foto da entrada da Casa da Mulher e da Criança	56
Figura 20 –	Símbolo do Banco União Sampaio	58
Figura 21 –	Foto da vista lateral da entrada do “União Sampaio”	59
Figura 22 –	Logo dos comércios que aceitam o “Sampaio”	60
Figura 23 –	Moradores usando Sampaio	61
Figura 24 –	Símbolo da rede brasileira de Banco Comunitário	64

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Variáveis de análise	34
Quadro 2 – Número do Banco Palmas de 2005 a 2009	48
Quadro 3 – Sistema de crédito do União Sampaio	62
Quadro 4 – Comparativo de variáveis de análise: Banco Palmas CE x Banco União Sampaio-SP	63

LISTA DE GRÁFICO

Gráfico 1 – Evolução da implantação de Bancos Comunitários no Brasil (1998 – 2012).	47
Gráfico 2 – Evolução do Consumo do Conjunto Palmeira 1997 – 2011	54

LISTA DE ABREVIATURAS

- ANTEAG – Associação Nacional de Trabalhadores e Empresas de Autogestão
- ASMOCOP – Associação de Moradores do Conjunto Palmeiras
- CAC – Conselho de Análise de Crédito
- CONAES – Conferência Nacional de Economia Solidária
- CPF – Cadastro de Pessoa Física
- EES – Empreendimentos Econômicos Solidários
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
- IDH – Índice de Desenvolvimento Humano
- ITCP – Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares, USP/São Paulo
- ONG – Organização Não Governamental
- OSCIP – Organização da Sociedade Civil de Interesse Público
- PLC – Projeto de Lei Complementar
- PNAD – Pesquisa Nacional de Amostragem por Domicílio
- PRONINC – Programa Nacional de Incubadoras do governo federal
- SDTS-PMSP – Secretaria de Desenvolvimento Trabalho e Solidariedade no Programa Oportunidade Solidária.
- SENAES/MTE – Secretária Nacional de Economia Solidária – Ministério do Trabalho e Emprego
- SPC – Serviço de Proteção ao Crédito
- SIES – Segundo o Sistema Nacional de Informações de Economia Solidária
- TS – Tecnologias Sociais
- UP – Unidades de Planejamento
- UPM – União Popular das Mulheres.
- RTS – Rede de Tecnologia Social

INTRODUÇÃO

As profundas e crescentes mudanças trazidas pelo processo de globalização neoliberal, o surgimento de regiões com novos paradigmas industriais, as desigualdades sociais atreladas à diminuição da oferta de emprego (formal) e o processo de mudança da organização financeira, o qual tomou impulso com a reestruturação produtiva do capitalismo a partir de meados da década de 1970, fizeram com que diversos lugares do mundo buscassem alternativas de desenvolvimento.

Nas últimas décadas do século passado, em resposta a essas desigualdades, uma nova forma de organização econômica (re)apareceu no cenário econômico e social de vários países, inclusive o Brasil. É a “Economia Solidária” essa nova forma de organização econômica.

Essa “nova” economia surge como uma das alternativas de ação para o cidadão em geral, frente à acumulação de capital e às disparidades sociais advindas, principalmente da chamada Terceira Revolução Industrial. Concatenada por meio de Empreendimentos Econômicos Solidários (EES), tais como cooperativas, associações, grupos de trabalho, bancos comunitários, entre outros, seu objetivo é gerar trabalho e renda. A Economia Solidária busca promover um fenômeno de inclusão social e econômica dos trabalhadores.

Por essa possibilidade de inclusão do trabalhador por meio de ações coletivas organizadas, os EES difundiram-se por todo território brasileiro, notadamente a partir do final da década de 1990. Atualmente (2012), existe no país um expressivo número de trabalhadores organizados de forma democrática e igualitária, em empreendimentos econômicos solidários, principalmente sob a forma de cooperativas de autogestão.

Assim, a Economia Solidária tem se constituído como demanda de políticas públicas e é objeto de interesse de pesquisadores no Brasil e em muitos países. O amplo crescimento das ações sociais concernentes à Economia Solidária, ocorrido nos últimos 20 anos, é reflexo da ação pública de diferentes segmentos sociais, ocorridos por meio do incentivo da sociedade civil, das organizações governamentais e das incubadoras universitárias de cooperativas populares, que buscam agir na contramão do processo atual de trabalho e da concorrência desigual do mercado.

Quanto ao seu funcionamento, a Economia Solidária trabalha com técnicas e metodologias transformadoras, desenvolvidas na interação com a população e apresentando soluções para a inclusão social. Tais técnicas são chamadas de Tecnologias Sociais (TS).

Pautado nos ideais da Economia Solidária, a presente pesquisa analisa uma das formas de “Finanças Solidárias”, iniciativas que buscam uma relação que foge às características do mercado financeiro tradicional, pois democratizam o acesso ao crédito e agem na sustentabilidade financeira, neste caso os Bancos Comunitários.

Os Bancos Comunitários podem ser considerados um projeto de finanças solidárias de apoio às economias populares que possuem como base os princípios da Economia Solidária e buscam o desenvolvimento socioeconômico de um território. Esses Bancos são tecnologias sociais de Empreendimentos Econômicos Solidários (EES). Sob a luz do desenvolvimento endógeno, esta pesquisa busca, ainda, verificar as políticas públicas empregadas em prol dos territórios abastecidos por essa tecnologia social.

A pesquisa teve início em agosto de 2010. Os objetos empíricos foram os Bancos Comunitários União Sampaio na cidade de São Paulo – SP, e o Banco Palmas em Fortaleza – CE, instituições escolhidas em razão dos distintos momentos de funcionamento nos quais estão inseridas. O Banco União Sampaio teve seu início em 2009. Em contrapartida, o Banco Palmas é a principal referência brasileira quanto à ação de Finanças Solidárias, e teve seus trabalhos iniciados no ano de 1998. Atualmente, o banco cearense re replica essa metodologia em diversos territórios brasileiros, por meio do Instituto Palmas, inclusive no Banco União Sampaio.

Esta pesquisa teve início a partir da constatação de que os Bancos Comunitários surgem como alternativas para os problemas existentes, sobretudo, nas periferias das cidades, as quais possuem diversas lacunas e um alto grau de degradação social, tais como a falta de empregos formais, a ausência de saneamento básico e saúde, as dificuldades de acesso à educação, as moradias precárias e toda a sorte de mazelas comuns às cidades brasileiras.

A partir da verificação apontada acima, o estudo foi norteado por uma pergunta inicial: “Quais são as relações e as variáveis existentes entre a

implantação de um Banco Comunitário e o Desenvolvimento Social do Território”? A busca da resposta ao questionamento apresentado fez com que, esta pesquisa se dividisse em dois pilares de sustentação teórica e empírica, para a melhor apresentação dos resultados. Em primeiro lugar, os aspectos conceituais de desenvolvimento e qual o desenvolvimento que buscamos. Em segundo lugar, os diferenciais da tecnologia social dos Bancos Comunitários para a busca do desenvolvimento.

Quanto a sua aplicação, a pesquisa identificou os ajustamentos, as características e as potencialidades necessárias ao território para a implantação de um Banco Comunitário, verificou, também, quais as reais contribuições deste para o desenvolvimento dos territórios atendidos. A referida investigação científica procurou compreender os fatores locais e nacionais de políticas públicas que influenciam ou condicionam o desenvolvimento social do espaço portador dessa tecnologia social.

O objetivo do trabalho foi de verificar a relação existente entre a implantação de Bancos Comunitários e o desenvolvimento social dos territórios a partir dessa tecnologia social, além de buscar aferir o modo como o instrumento citado pode servir de estratégia nas políticas públicas e no planejamento do espaço abrangido. Foram estabelecidos também, dois objetivos específicos:

- ✓ Entender a aplicabilidade dos Bancos Comunitários nos diferentes territórios, levantando e identificando quais são as condições (variáveis) de uma localidade que podem favorecer ou desfavorecer a implantação de bancos comunitários.
- ✓ Identificar, também, as adequações necessárias e as dificuldades apresentadas na implantação e na administração desses Bancos Comunitários como, por exemplo, a obtenção de recursos, e apoio da comunidade, e quais são os possíveis “indicadores” de consolidação desta experiência no território.

1 ASPECTOS CONCEITUAIS DO DESENVOLVIMENTO

Conforme demonstrado anteriormente, esta dissertação teve por objetivo estudar e avaliar uma forma de tecnologia social que busca o desenvolvimento do território. Para tanto, fez-se necessário apresentar qual o desenvolvimento que buscamos, baseado em Wolfenshon (1997) o qual afirma que: *“Sem desenvolvimento social paralelo, não haverá desenvolvimento econômico satisfatório”*. O autor também acredita na ideia do Desenvolvimento Social, portanto era imprescindível verificar a relação existente entre a implantação de Bancos Comunitários e o desenvolvimento social dos territórios a partir dessa tecnologia social.

Os Bancos Comunitários estão inseridos dentro da chamada “Economia Solidária”. Como o tema da pesquisa é o desenvolvimento provocado por esta tecnologia social que é implantada a partir dos ideais, conceitos e práticas da Economia Solidária, mais especificamente no campo das finanças solidárias, torna-se necessária uma breve conceituação, apresentando alguns aspectos sobre os ideais desta outra Economia.

Economia Solidária é um modo de produção que se contrapõe ao capitalista por ter como princípios básicos a propriedade coletiva ou associada do capital e o direito à liberdade individual, princípios estes bem diferentes dos já conhecidos por nós e característicos do modo de produção capitalista como o direito de propriedade individual aplicado ao capital e o direito à liberdade individual. A aplicação destes princípios produz sociedades diferenciadas (SINGER, 2002 apud GODOY, 2005, p 14).

No sistema capitalista vigente, de acordo com o Materialismo Histórico Dialético, a sociedade se apresenta dividida em duas classes básicas: a primeira é possuidora do capital e outra é aquela que, por não dispor de capital, vende sua força de trabalho àquela que o possui.

Ainda de acordo com Singer (2002, p.10).

A Economia Solidária é outro modo de produção, cujos princípios básicos são as prioridades coletivas ou associadas do capital e o direito à liberdade individual. A aplicação desses princípios une todos ao que produzem numa classe de trabalhadores que são possuidores de capital por igual em cada cooperativa ou sociedade econômica. O resultado natural é a solidariedade e a igualdade, cuja reprodução, no entanto, exige mecanismos estatais de redistribuição solidária de renda.

A Economia Solidária tenta romper com o modelo capitalista, pois almeja a construção de uma sociedade com equidade entre as classes de trabalhadores, os quais são possuidores de capital por igual em cada cooperativa ou sociedade econômica. Para Singer (2002), o resultado natural da aplicação desses princípios se mostra na competição e na desigualdade, no contexto do modo de produção capitalista, em contraponto à solidariedade e à igualdade, por meio da Economia Solidária.

Segundo Godoy (2005), a maior diferença entre economia capitalista e solidária está na gestão dos empreendimentos: a *heterogestão* ou administração hierárquica, formada por sucessivos níveis de autoridade - ordens e instruções de cima para baixo - são características capitalistas; enquanto os EES funcionam sob a base da autogestão que, ainda segundo Godoy (2005), é a prática da empresa ou cooperativa solidária em realizar uma administração democrática, possuidora da premissa da necessidade de todos os sócios estarem informados e serem participantes.

Já segundo França Filho e Silva Júnior (2003, p. 33).

[...] a economia solidária é uma corrente de pensamento e de ação que visa recuperar o sentido social e ético da economia para enfrentar a desigualdade, a pobreza e a exclusão. Trata-se de um enfoque baseado na supremacia do indivíduo e da sua capacidade de realização, mas de um indivíduo capaz de apoiar e ser apoiado por outros e de reconhecer restrições à sua liberdade perante os direitos dos demais. Nesse sentido, pretende incidir sobre as relações sociais consubstanciadas nos intercâmbios econômicos, garantindo que estejam de acordo com os direitos e obrigações de todos os envolvidos. A lógica da economia solidária é a procura da satisfação das necessidades e não apenas o acumular de lucros.

O Ministério do Trabalho e Emprego (2010), afirma ainda que a Economia Solidária seja um modo de produção pautado sobre quatro princípios básicos: a *autogestão*, citada anteriormente por Godoy (2005), a *cooperação*, a *dimensão econômica* e a *solidariedade*. Pode-se dizer, portanto, que a Cooperação é a existência de interesses e objetivos comuns, realizada por meio da união dos esforços e capacidades de cada indivíduo, e regida pela propriedade coletiva de bens e partilha dos resultados, além da responsabilidade solidária.

Já a Dimensão Econômica é uma das bases de motivação para a

agregação de esforços e recursos pessoais e de outras organizações rumo à produção, ao beneficiamento, ao crédito, à comercialização e ao consumo. Esta, envolve o conjunto de elementos de viabilidade econômica, permeados por critérios de eficácia e efetividade, ao lado dos aspectos culturais, ambientais e sociais.

E por fim, o caráter da Solidariedade nos empreendimentos que, de acordo com o Ministério do Trabalho e Emprego (2010),

[...] é expresso em diferentes dimensões: na justa distribuição dos resultados alcançados; nas oportunidades que levam ao desenvolvimento de capacidades e da melhoria das condições de vida dos participantes; no compromisso com um meio ambiente saudável; nas relações que se estabelecem com a comunidade local; na participação ativa nos processos de desenvolvimento sustentável de base territorial, regional e nacional; nas relações com os outros movimentos sociais e populares de caráter emancipatório; na preocupação com o bem estar dos trabalhadores e consumidores; e no respeito aos direitos dos trabalhadores.

A partir de algumas visões apresentadas sobre o termo “Economia Solidária”, pode-se afirmar, então, que esse é um fenômeno que assume uma posição política de confronto com a hegemonia capitalista e neoliberal, principalmente por apresentar condições de criação de empregos e de promoção do **desenvolvimento social**, em territórios com um elevado grau de vulnerabilidade à pobreza e à exclusão social.

1.1 ECONOMIA SOLIDÁRIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL DO TERRITÓRIO

O paradoxo do sistema capitalista que se instalou no mundo, principalmente a partir dos anos de 1970, é evidente: por um lado, o crescimento econômico e a concentração de riqueza na mão de poucos, por outro, o aumento da pobreza e a péssima condição social de inúmeras pessoas, além dos problemas ambientais (VECCHIATTI, 2004).

Diante dessa realidade, segundo Félix et al. (2009), cada vez mais ganham espaço questionamentos e transformações que articulam as discussões sobre os processos de desenvolvimento, baseadas em uma perspectiva sistêmica de articulação sócio-institucional e sócio-produtiva.

A Economia Solidária, portanto, surge sobre a ótica das potencialidades

locais, da articulação da sociedade com o território, e da autogestão dos meios de produção com uma grande força dentro desses espaços de discussões contra o paradoxo da desigualdade social, o qual é decorrente do sistema hegemônico, pois

[...] considera em todas suas ações o ser humano na sua integralidade, como sujeito e finalidade da atividade econômica, expressa uma forma de organização econômica que valoriza o trabalho associado, a propriedade social e coletiva, a cooperação e a autogestão nos empreendimentos coletivos, redes e cadeias solidárias articuladas no âmbito de segmentos econômicos (RTS, 2010).

Esse modo de produção traz, como diferencial significativo, baseado nas ideias de Desenvolvimento Endógeno de Castells (1999), a busca de uma intervenção territorial local, ao gerar uma matriz de projetos e de ações continuadas, a partir da *“mobilização de diferentes atores que transformam o território, capazes de representar soluções para um desenvolvimento inclusivo, sustentável, sustentado e endógeno”* (CASTELLS, 1999).

Nessa perspectiva, a busca pelo desenvolvimento, pautado nos ideais da Economia Solidária, materializa-se na valorização das potencialidades e das identidades sócio-culturais e ambientais, nas forças sinérgicas, na interação, na participação e na sociabilidade, com o intuito de capturar e unir manifestações e tecnologias sociais capazes de abrir novos caminhos para um desenvolvimento social do território. (BAUDOWIN; COLLIN, 2006; CASTELLS, 1999; SANTOS; SILVEIRA, 2001; SILVEIRA, 2006 apud FÉLIX et al. 2009).

As já citadas crescentes desigualdades sociais e o aumento das taxas de desemprego formal são advindas de inúmeros fatores, dentre eles, a concorrência desleal do capitalismo, a globalização, o esvaziamento do Estado do Bem Estar Social, as reestruturações empresariais e industriais, como o corte de mão de obra em tempos de crise, ou a crescente inovação tecnológica, a qual gera, também, um corte de trabalhadores.

Tais características do sistema fizeram com que esse novo tipo de organização solidária realmente ganhasse força e emergisse como uma alternativa viável à contradição capitalista, principalmente no que diz respeito ao “social”.

No Brasil, vários casos de Empreendimentos Econômicos Solidários

(EES) estão obtendo sucesso e vêm ganhando apoio de outras instituições, como Igrejas, Prefeituras Municipais, ONGs, Universidades e Agências Financiadoras.

Esse apoio deve-se a uma ideia básica da Economia Solidária, qual seja: “[...] *produzir, vender, comprar e trocar o que é preciso para viver. Sem explorar os outros, sem querer levar vantagem, sem destruir o ambiente. Cooperando, fortalecendo o grupo, cada um pensando no bem de todos e no próprio bem.*” (MTE, 2009).

É interessante ressaltar que os EES ganham importância também a partir do ponto de vista no qual fomentam o Desenvolvimento Territorial (local), pois eles se organizam localmente e estão atrelados à comunidade e à sociedade local. Os EES possuem identidade, apoio, e suscitam a soma de esforços em prol da própria população.

Esse fato é corroborado quando analisamos novas teorias e políticas propostas, que – diferentemente do desenvolvimento econômico centralizado – as políticas de desenvolvimento sejam elaboradas em nível local e regional, de forma a levar em conta as singularidades de cada região e de seus atores locais. (SOUZA FILHO, 2006; ALBUQUERQUE, 2004; INCOOP/UFSCar, 2008 apud BOISIER, 1996).

A partir da perspectiva do desenvolvimento local e regional, vale ressaltar o conceito de “território” e como se concebe a interação dos atores sociais e suas mobilizações em torno das diversas estratégias e projetos para o desenvolvimento endógeno.

Considerando o “território” como produção social, Mendes (1997, p. 7) destaca que o território não deve ser considerado como sujeito social, ator social ou protagonista, mas como uma inscrição da sociedade no espaço.

Santos (1992, p. 32) evidencia a importância de se reconhecer no território uma unidade espacial de trabalho. Santos (1992) afirma, ainda, que o território é uma unidade espacial constituída por frações funcionais diversas, as quais funcionam a partir de demandas em vários níveis, do local até o mundial, e que se encontram articuladas por fluxos criados e mantidos pelas atividades dos atores sociais.

Para Andrade (1995, p 19).

[...] o território está associado à ideia de poder, de controle, quer se faça referência ao poder público, estatal, quer ao poder das grandes empresas que estendem os seus tentáculos por grandes áreas territoriais, ignorando as fronteiras políticas.

Andrade (1995), insere, no conceito de território, as “territorialidades”. Para esse autor, elas estão associadas às relações sociais, ao sentimento de pertencimento e de apropriação de um território, o que leva à territorialização.

Esta é a forma de como se materializa o território, bem como a manifestação das pessoas, a especialização de qualquer segmento da sociedade como, por exemplo, a produção econômica de um determinado produto: Pode vir a ser encarada tanto como o que se encontra no território, estando sujeito à sua gestão, como, ao mesmo tempo, o processo subjetivo de conscientização da população de fazer parte de um território, de integrar-se em um Estado (MORELLI, SUERTEGARAY, 2009).

“A formação de um território dá às pessoas que nele habitam a consciência de sua participação, provocando o sentido da territorialidade que, de forma subjetiva, cria uma consciência de confraternização entre elas” (Andrade, 1995, p. 20).

Com o processo de globalização e com as consequências do capitalismo financeiro, fica evidente que o “território” - local - e as territorialidades passaram a ser verdadeiramente valorizadas enquanto esfera de construção social via descentralização político-administrativa.

Nessa ótica, o estudo em questão apresenta uma tecnologia social em que a sociedade lidera e realiza o seu próprio processo de desenvolvimento, mobilizando os fatores produtivos disponíveis em seu território e utilizando seus valores e instituições locais como agentes de comunicação e operacionalização de tal processo.

Um dado processo de desenvolvimento está, então, intrinsecamente ligado às territorialidades. Assim, as características dos arranjos sociais e das relações cívicas encontradas em um dado território possibilitam o desenvolvimento social do mesmo.

A ANTEAG - Associação Nacional de Trabalhadores e Empresas de Autogestão (2004, p. 21), afirma que:

A Economia Solidária parte do princípio de que o central na organização da sociedade é o ser humano. É essa noção que vai

redefinir relações sociais, econômicas, afetivas e produtivas. Portanto, a formação em Economia Solidária precisa dialogar com o trabalhador, trazendo para o conteúdo do processo formativo o sentido que é dado pelas vivências e anseios do trabalhador.

Principalmente em países emergentes ou subdesenvolvidos, os EES ganham um respaldo da população, a qual se sente parte do processo do desenvolvimento e passa a possuir autonomia, a partir da autogestão dos empreendimentos, e do apoio dos governos, que não conseguem suprir as necessidades de emprego e seguridade sociais, tão almejadas pela Economia Solidárias.

Atualmente (2011), no Brasil, o Poder Executivo Federal vem desenvolvendo uma política específica para tais tipos de empreendimentos, levando apoio direto e indireto à Economia Solidária, mediante ao financiamento das entidades que difundem, amparam e incubam os empreendimentos solidários.

Ao mesmo tempo, o Governo Federal, por meio de alguns dos seus ministérios, vem também implantando políticas públicas de fomento ao desenvolvimento territorial, tendo a Economia Solidária como um de seus eixos de atuação (FERRAZ, 2007).

As políticas públicas de Economia Solidária devem buscar o desenvolvimento a partir da proposição de políticas de geração de trabalho e renda, apresentando o conceito de “*desassalariamento* da economia” por meio da autogestão. Portanto, o desenvolvimento buscado pela Economia Solidária, em sua forma mais pura de identidade com o território e com a distribuição de renda a partir da dimensão econômica, da cooperação, da autogestão e da solidariedade, é o desenvolvimento que se acredita ser o mais completo e sustentável, sendo assim, o mais social. O desenvolvimento apresentado é o que a pesquisa buscou averiguar ser ou não possível, a partir da implantação dos Bancos Comunitários nos territórios. “*O desenvolvimento social parece, na experiência concreta, um processo vital para que possa existir um desenvolvimento econômico sustentado*” (KLIKSBURG, 1998, p. 34).

1.2 ECONOMIA SOLIDÁRIA E FINANÇAS SOLIDÁRIAS

Ao longo das últimas duas décadas, a Economia Solidária vem sendo uma alternativa de geração de trabalho e renda para aqueles que foram excluídos do mercado capitalista, passando a ganhar amplitude como movimento social.

Muitos dos empreendimentos de Economia Solidária se constituem e operam nas esferas da produção, da distribuição, do consumo, da poupança e do crédito, e podem tomar a forma de cooperativas, associações, clubes de trocas, empresas *autogestionárias*, fundos rotativos, Bancos Comunitários etc. Tais práticas econômicas estão crescendo não só no Brasil, mas em vários países da América do Sul, assim como em várias outras partes do mundo (SINGER, 2003). Essas ações econômicas são chamadas de “Finanças Solidárias”.

Apesar das inúmeras polêmicas geradas em torno das definições e concepções sobre as distintas modalidades financeiras destinadas às populações pobres, as diferentes correntes são praticamente unânimes em afirmar que seu objetivo principal é ampliar o alcance do financiamento, de modo a atingir aqueles que estão à margem do sistema financeiro tradicional.

Entre os variados nomes e definições, podem-se citar o microcrédito, as microfinanças, as microfinanças descentralizadas, as microfinanças de proximidade ou ainda, aquelas adotadas neste trabalho, as “finanças solidárias”, como os termos mais empregados ao definir tais iniciativas, que, de alguma maneira, estabelecem outro tipo de relação com o dinheiro (ABRAMOVAY; JUNQUEIRA, 2005).

Essas iniciativas buscam uma relação que foge às características do mercado financeiro tradicional, pois democratizam o acesso ao crédito e agem na questão da sustentabilidade financeira dos programas. Mas, além disso, ressalta França (2001), há uma preocupação com a utilidade social do investimento, pois:

Tratam-se assim, com estas experiências, de afirmação de uma finalidade de aplicação ética do dinheiro na direção daqueles projetos articulando, por exemplo, um trabalho de luta contra a exclusão, de preservação ambiental, de ação cultural, de desenvolvimento local, etc (FRANÇA, 2001, p. 131).

Segundo Singer (2002), as “finanças solidárias” retomam as origens das práticas de ajuda mútua entre parentes e amigos para associar finança e confiança. O empréstimo de bens e dinheiro surge como atitude de reciprocidade entre aqueles que enfrentam necessidades periódicas. (VASCONCELOS, S/D).

O crescente domínio das instituições financeiras neste campo, entretanto, tornou o crédito cada vez mais caro e de acesso restrito, estimulando, com o agravamento das crises econômicas, a retomada de práticas solidárias.

O termo Finanças Solidárias, portanto, remete-nos a um conjunto de experiências que, no âmbito da Economia Solidária, contribui para a democratização do sistema financeiro e, conseqüentemente, para o desenvolvimento do território.

As finanças solidárias podem ser entendidas, portanto, como um sistema alternativo de trocas financeiras que procura encaminhar, por meio de estruturas e ferramentas especializadas, financiamentos para projetos geradores de desenvolvimento econômico sustentável e de integração social nos territórios.

1.3 INCLUSÃO DE FINANÇAS SOLIDÁRIAS EM DIFERENTES TERRITÓRIOS

A década de 1990 foi marcada pela proliferação e consolidação de experiências no campo das finanças solidárias. Essas inúmeras experiências, disseminadas principalmente no Terceiro Mundo, começaram a mostrar resultados expressivos e a despertar interesse por parte de pesquisadores e formuladores de políticas públicas. (ABRAMOVAY; JUNQUEIRA, 2005).

Essas organizações – com destaque para o Grammen Bank, em Bangladesh; o Banco Rakyat, na Indonésia; o Banco para Agricultura e Cooperativas Agrícolas, na Tailândia; o Banco Sol, na Bolívia, entre outros – demonstram, de forma geral, que, apesar de trabalhar com um público que não possui garantias e demanda pequenas quantidades, representando altos custos de transação, são viáveis, porque possuem uma baixa taxa de inadimplência, são pouco dependentes de subsídios e conseguem um elevado alcance do público alvo, ao mesmo tempo em que estão contribuindo para tirar uma parcela da população do estágio de pobreza em que se encontra (YARON, 1994 apud ABRAMOVAY; JUNQUEIRA, 2005).

Parece certo que muitos programas de finanças solidárias têm alcançado progressos consideráveis em termos de alcance de sustentabilidade e desenvolvimento. “Isso lhes tem permitido expandir a oferta de serviços financeiros a clientela desprovida de garantias, feito que, há pouco mais de duas décadas, era considerado impossível”. (ABRAMOVAY; JUNQUEIRA, 2005). Abaixo a Figura 1 apresenta “moedas sociais” de diversas localidades evidenciando o crescimento dos programas de finanças solidárias no mundo.



I. Moedas sociais

Figura 1 – Moedas sociais de diferentes lugares do mundo.
Fonte: Freitas, 2010.

Baseado em Leite, Castro e Santos (2007), a primeira experiência em anos recentes que temos conhecimento são os LET'S (Vamos!), no Canadá, que surgiu a partir do diagnóstico de que faltava um circulante local. Essa carência impedia a troca de mercadorias e deprimia o mercado.

O sistema LET'S se enquadrava como de “crédito mútuo” e funcionava com as operações sendo registradas em contas correntes dos membros de grupos relativamente pequenos. Dessa forma, a circulação de produtos e serviços não era intermediada por um bilhete, mas sim através do registro na conta de cada participante, podendo aumentar ou diminuir seu saldo dependendo da transação que realizar. Este sistema logo se multiplicou, expandindo-se pelo Canadá, Estados Unidos, Austrália e Nova Zelândia. (LEITE; CASTRO; SANTOS, 2007).

Na Europa, começou pela Grã-Bretanha, e depois, na França, mudou de

nome, tornando-se SELs (Sistemas de Trocas Locais). Como uma inovação deste sistema, Paul Glover, um membro antigo da LET'S, protagonizou a ideia de imprimir notas, as quais serviam como “meio de pagamento que não podia sair da região em que foi gerado” (SOARES, 2006).

Para diferenciá-lo do dinheiro formal, o valor dos produtos era estabelecido de acordo com o tempo de trabalho gasto para produzi-lo. Esta foi a “primeira moeda social contemporânea”, que foi denominada de “horas de Ithaca” – uma referência à cidade de Ithaca, nos Estados Unidos, palco desta experiência. Sua circulação é restrita à região e são aceitas por vários comércios e serviços da cidade. O câmbio é feito através da paridade de 10 dólares por hora. (SOARES, 2006).

Em pesquisa de campo realizada em fevereiro de 2011, verificou-se algumas das experiências de moedas sociais na França, o país sede da *Conferência Internacional sobre Moedas sociais e complementares 2011 – “Trinta anos de moedas sociais e complementares: e agora?”*.

A França possui, como experiência diferenciada nas moedas sociais, o “SOL” – que está presente em mais de 10 territórios e em 5 regiões francesas : *Ile de France, Norte Pas-de-Calais, Bretanha, Rhône Alpes e Alsácia*.



Figura 2 – Moeda social – SOL.
Fonte: Freitas (2010).

O “SOL” é uma experimentação francesa de Moeda Social que incentiva comportamentos cívicos, solidários e ecologicamente responsáveis. A moeda, na realidade, é um cartão que funciona por fidelidade e que permite acumular pontos SOL e reutilizá-los para regular uma parte das compras na rede dos

parceiros SOL. A moeda tem por objetivos:

- Contribuir para o desenvolvimento da economia local, social e solidária;
- Tornar visível e reconhecer o valor dos comportamentos solidários, ecológicos e cidadãos.
- Trocar tempo, entre pessoas ou entre associações, e acender a serviços propostos sob a forma de tempo.
- Tornar visível o conjunto das riquezas das atividades humanas, o qual está, hoje, invisível ou desvalorizado (cooperação, solidariedade etc.),
- Facilitar as trocas, criar mecanismos de solidariedade e de cooperação entre diferentes parceiros, contribuir para o desenvolvimento respeitoso do ser humano e do ambiente,
- Promover a economia solidária, sua criatividade e sua capacidade de inovação.
- Questionar a natureza e as formas de produção do que é fabricado, consumido e trocado.
- Contribuir para estabelecer a economia à fila de meio e não de fim.
- Contribuir para a valorização do potencial de troca de cada um e fazer reconhecer que a riqueza é produzida por cada um.
- Valorizar a participação na vida local e incentivar as ações solidárias dentro de um território.



Figura 3 – Símbolo da associação dos usuários da moeda social – SOL.
Fonte: Retirado de <<http://www.sol-reseau.org/IMG/pdf>>.

Uma singularidade da moeda francesa é a possibilidade de diferentes

segmentos poderem utilizar o cartão, como autoridades locais, centros sociais, comitês de empresa etc. (FREITAS, 2010).

Outra experiência bem conhecida de finanças solidárias é o “Banco Grammen” em Bangladesh Figura 4.



Figura 4 – Símbolo do Banco Grammen.

Fonte: Retirado de <http://www.propagandas.ustentavel.com.br/public/2006_grameen.jpg>.

Segundo Musa (2001) o Banco Grameen “é um tipo especial de banco que empresta ao mais pobres dentre os pobres sem qualquer lucro.”

Foi fundado pelo economista de Bangladesh, Prof. Muhammad Yunus, numa pequena vila chamada Jobra, em Bangladesh. O Banco Grameen empresta aos pobres através da formação de grupos. Em cada grupo deve haver cinco mulheres ou homens. Cerca de 97% dos tomadores de empréstimo são mulheres. Depois de conseguir o empréstimo no Grameen, estas pessoas tornam-se trabalhadores autônomos e tentam melhorar seu estilo de vida e condição sócio-econômica. Elas estão tomando empréstimos e utilizando o dinheiro emprestado adequadamente em negócios apropriados e, gradativamente, ampliam seus proventos. Com o passar do tempo, vão aumentando seus empréstimos para expandir seus negócios. Antes de aderir ao Banco Grameen, viviam em casas precárias. Não podiam educar seus filhos e nem sequer prover suas necessidades mais básicas. O Grameen oferece vários tipos de empréstimo como: Geral, Sazonal, Leasing, Habitacional, Saneamento etc. A taxa de recuperação destes empréstimos é de praticamente 98%. Com o tempo, os emprestadores adquirem confiança e vão assumindo maiores responsabilidades na comunidade. (MUSA, 2001)

Segundo Yunus (1997), o Projeto do Banco *Grameen* (traduzido do

idioma bengali, grameen quer dizer aldeia), surgiu com o propósito de explorar a possibilidade de desenhar e edificar uma estrutura, por meio da qual a população rural pobre de Bangladesh pudesse se integrar a um sistema bancário viável.

Na prática, seria um lugar onde os pobres que vivem no campo pudessem obter pequenos empréstimos, em condições razoáveis, para financiar microempresas.

Esse projeto levou em consideração os seguintes objetivos:

- estender os serviços de crédito aos mais pobres;
- eliminar a exploração dos pobres pelos agiotas;
- criar oportunidades de auto-emprego;
- propiciar, aos excluídos, um formato organizacional que pudesse compreender e operar, desenvolvendo confiança sócio-política-econômica, por meio de apoio mútuo;
- inverter o círculo vicioso de “baixo nível de receitas, baixo nível de investimentos e baixo nível de receitas” para um sistema de “aumento do nível de receita, aumento do crédito, mais investimento, mais receitas”.

A experiência foi exitosa, e, em 1983, o projeto foi transformado em um banco independente com o nome de Banco Grameen Bank, podendo então, exercer todas as funções de instituições financeiras reguladas. Uma das características do Grameen é que o “Banco é que vai ao cliente”. A instituição, em 1999, estava atuando em 39 mil aldeias, o que representam mais de 50% do total das aldeias de Bangladesh – o país possui 69 mil aldeias. São mais de 1.100 agências, num total de 13 mil funcionários. Os tomadores de crédito são, hoje, acionistas do Banco, detendo 93% do seu capital. (CREAR – BRASIL, 2010).

Além das experiências citadas, existem iniciativas de finanças solidárias em outros países conforme figura 5, inclusive no Brasil, como serão demonstradas a seguir.

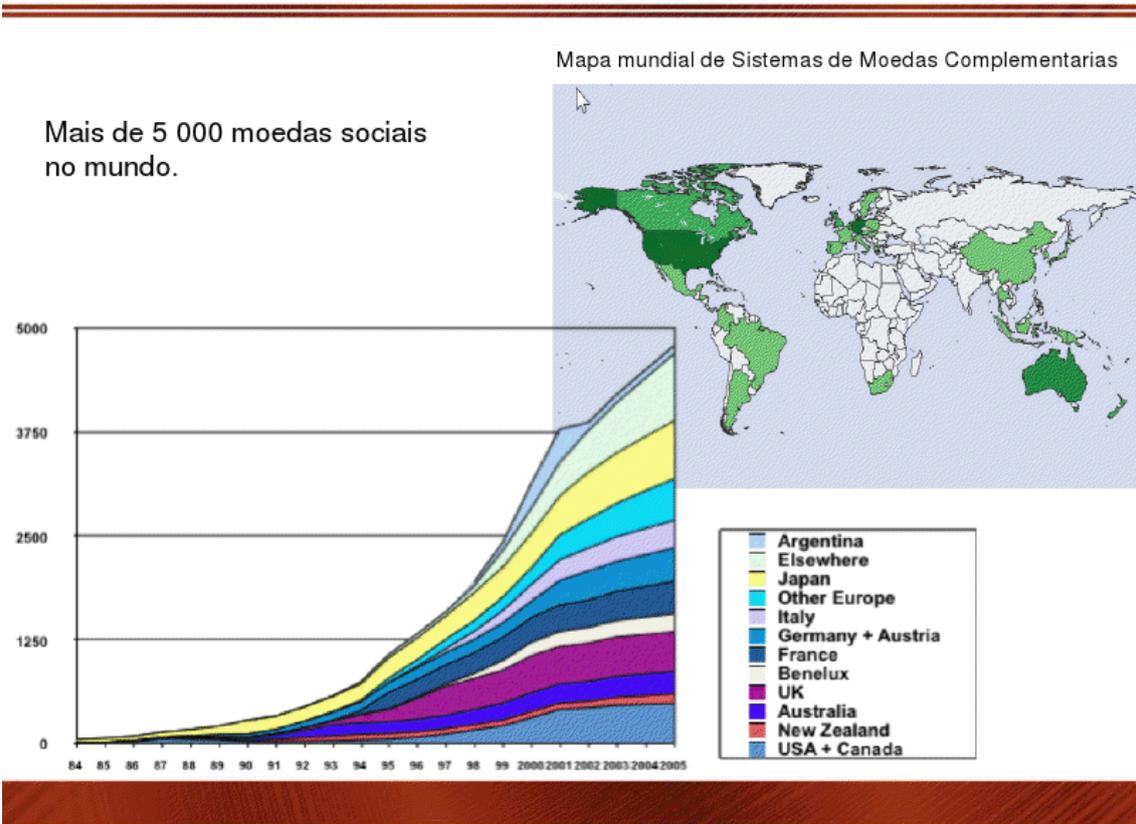


Figura 5 – Mapa mundial de moedas sociais.
Fonte: Freitas, 2010.

1.4 FINANÇAS SOLIDÁRIAS NO BRASIL

Segundo as diretrizes da II Conferência Nacional de Economia Solidária, (CONAES, 2010, p. 25):

Uma ação voltada à democratização do crédito deverá valorizar iniciativas existentes na área das finanças solidárias. No que se refere às agências de financiamento, devem ser estimuladas as cooperativas de crédito, as OSCIPs de microcrédito, os bancos comunitários, as fundações públicas e os fundos públicos de desenvolvimento, além dos fundos rotativos e os sistemas de moedas sociais circulantes locais, lastreados em moeda nacional (Real) e outros sistemas de moeda social como formas criativas de lastros. A democratização do crédito e acessibilidade, pelos empreendimentos solidários exige que se consolide e se amplie a presença de uma vasta rede destas organizações pelo país, criando um Sistema Nacional de Finanças Solidárias, o que requer um fundo de financiamento específico com controle social, como também o desenvolvimento de um marco legal apropriado, capaz de lidar com as questões tributárias, com o problema da capitalização das instituições, da captação de poupança, da cobrança, dentre outros.

Em 2007, foi assinado, no Congresso Nacional, o PROJETO DE LEI

COMPLEMENTAR Nº 9307, proposto pela Sra. Luiza Erundina, que estabelece: “a criação do Segmento Nacional de Finanças Populares e Solidárias e dá outras providências.” (PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR 93/2007).

No Brasil existem diversas iniciativas de finanças solidárias, (CONAES, 2010) entre elas, as feiras de trocas solidárias. Abaixo, um cartaz dessa experiência em Porto Alegre – RS.



Figura 6 – Cartaz original de Feiras de Trocas Solidárias Porto Alegre-RS

Fonte: CONAES, 2010.

As Feiras de Trocas Solidárias são espaços em que se organizam trocas de produtos, serviços e saberes por meio da cooperação entre os participantes, ao invés da acirrada competição do mercado. Para isso, utiliza-se uma **moeda social** como ferramenta para facilitar as trocas durante a feira. A moeda social substitui a moeda oficial em eventos e experiências nas quais as pessoas atuam como produtores e consumidores em circuito fechado, eliminando, assim, o obstáculo da escassez do dinheiro. Diferente da moeda oficial, a moeda social não tem juros, e, por isso, não oferece vantagens ao ser acumulada, promovendo, desse modo, a distribuição mais igualitária de

produtos, serviços e saberes (cf. cartilha do Programa Nacional de Apoio as Feiras de Economia Solidária).

O **Eco banco** é o mecanismo responsável por criar, regulamentar e operacionalizar a circulação da moeda social, que é gerada a partir de uma operação simples: produtores ou pessoas interessadas em participar das trocas solidárias depositam uma parte da sua produção e/ou de seus produtos no banco e recebem, no ato, a correspondente quantidade de moeda social, segundo uma tabela de valores pré-fixados pelo Eco banco. Já de posse da moeda social, os participantes da feira podem ter acesso a outros produtos e serviços disponíveis no local.

As Feiras de Trocas Solidárias apresentam-se como uma solução para facilitar o acesso de pessoas em situação de vulnerabilidade social ao consumo, além de proporcionar um ambiente pedagógico, tanto para produtores, como para os consumidores desenvolverem e praticarem os princípios da economia solidária: cooperação, autogestão, confiança mútua, preocupação ambiental e consumo consciente. Uma experiência bem sucedida desse tipo de iniciativa é a Feira de Trocas Solidárias do Centro de São Paulo-SP, gerida por um comitê, formado pelos integrantes da Associação Minha Rua Minha Casa, pelos alunos do Programa de Extensão de Serviços à Comunidade da Universidade de São Paulo e pela Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Fundação Getúlio Vargas.



Figura 7 – ‘Miruca’, moeda social utilizada na Feira de Trocas Solidárias do Centro de São Paulo – SP.

Fonte: Retirado de <<http://itcpfgv.org.br/>>.

Além das feiras de trocas, existem, também, no Brasil, experiências com os “*bancos de serviços solidários*” (Banco de tempo).

O objetivo fundamental de um banco de serviços solidários (conhecido como “banco de tempo”) é propiciar a integração solidária entre os membros de uma comunidade por intermédio de troca de habilidades pessoais. Cada membro prontifica-se a realizar algum tipo de atividade para a comunidade. A partir da realização, ele recebe créditos equivalentes ao tempo de serviço prestado, ficando habilitado a demandar serviços dos quais tenha necessidade. Nesse caso, não há distinção em termos de qualificação do serviço prestado; ao contrário, as habilidades são valorizadas igualmente. Um determinado tempo de serviço prestado (geralmente a hora/ trabalho) equivale a um crédito, qualquer que seja o serviço.

Os primeiros Bancos de Tempo surgiram na Itália, no início da década de 90 e o maior número de experiências em atuação ainda se encontra concentrado na Europa, principalmente na Itália, Espanha e Portugal. A grande maioria dessas organizações conta com infraestrutura e apoio oferecidos por programas públicos, algumas vezes em parceria com ONGs, embora existam também alguns projetos privados.

A maioria deles se caracteriza por um mutualismo indireto, uma vez que não há transação direta entre os membros. “A unidade de troca é a hora, e todos os serviços são considerados de igual valor, não havendo qualquer tipo de escala de equivalência de serviços”. (SOARES, 2006, p. 147).

Ainda segundo Soares (2006), uma agência se responsabiliza por administrar um sistema de cadastramento de serviços oferecidos por membros do banco, por fomentar trocas desses serviços, (divulgando entre os membros os serviços disponíveis para troca e inserindo novos serviços, tanto pela capacitação de membros em novos serviços, como na busca de novos membros ao grupo) e por contabilizar as horas realizadas: a cada serviço prestado, é creditado, ao prestador deste, o valor correspondente em horas, e reduzido, em mesmo valor, os créditos disponíveis do tomador do serviço.

O funcionamento desse tipo de iniciativa pode ser centralizado em poucos indivíduos ou gerenciado coletivamente; é possível utilizar intensivamente tecnologia de informação (operacionalização complexa) ou basear o gerenciamento em quadros e cartazes (funcionamento mais simples).

Além das experiências solidárias apresentadas acima, o Brasil apresenta com pioneirismo o Banco Comunitário. Considerado um serviço *sui generis* de finanças solidárias para o desenvolvimento socioeconômico de territórios, e o objeto de estudo desta pesquisa, o Banco Comunitário está bem caracterizado e conceituado como projeto de apoio às economias populares de territórios com baixo desenvolvimento socioeconômico, tendo por base os princípios da Economia Solidária e oferecendo, à população excluída do sistema financeiro, quatro serviços: fundo de crédito solidário, moeda social circulante local, feiras de produtores locais e capacitação em Economia Solidária.

Segundo Joaquim Melo (idealizador do Banco Palmas, primeiro banco comunitário criado), em entrevista aos Mobilizadores do Comitê de Entidades no Combate a Fome pela VIDA – COEP (2008 apud SUNNET NOTÍCIAS, 2008).

Os bancos comunitários são serviços financeiros, solidários, em rede, de natureza associativa e comunitária, destinados a reorganizar as finanças locais, na perspectiva da economia solidária. É um conceito gigante, mas que exprime o que são esses bancos: eles têm natureza associativa e comunitária porque a propriedade de cada banco é de uma organização social local (uma associação de moradores, um assentamento, um grupo de mulheres...); trabalham em rede porque organizam as pessoas daquele município, daquele bairro, para comprarem e produzirem em função um do outro; são solidários porque para a pessoa ter acesso ao banco o que influencia não é o SPC [Serviço de Proteção ao Crédito], a Serasa, e sim a vizinhança, que vai falar se a pessoa é honesta ou não; e tem a perspectiva de gerar trabalho e renda (SUNNET NOTÍCIAS, 2008).

Além disso, é possível assumir essa tecnologia social como sendo possuidora de um destacado papel de promotora do desenvolvimento territorial, da organização comunitária, ao articular – simultaneamente – produção, comercialização, financiamento e capacitação das comunidades do território (SILVA JÚNIOR, 2007). Abaixo, a moeda social do Primeiro Banco Comunitário brasileiro, o Palmas, em Fortaleza – CE.



Figura 8 – Palmas, moeda social do Banco Palmas – Fortaleza-CE.
Fonte: Retirado de Banco Palmas.

Cabe aqui destacar as chamadas “tecnologias sociais”, pois o objeto de estudo deste trabalho se enquadra como uma dessas tecnologias.

Apesar de haver algumas contradições na literatura, pode-se compreender, de forma sintetizada, tecnologia social como: “[...] produtos, técnicas e/ou metodologias replicáveis, desenvolvidas na interação com a comunidade e que represente efetivas soluções de transformação social” (RTS), 2006.

Compreender a aplicabilidade da tecnologia social nos diferentes territórios e identificar as adequações necessárias para a criação e manutenção dos Bancos Comunitários foi de fundamental importância para a pesquisa.

2 BANCO COMUNITÁRIO: alternativa viável para o desenvolvimento que queremos?

Alguns estudos já foram realizados sobre os Bancos Comunitários no Brasil, a respeito da maneira como funcionam e como se organizam. Partindo deste princípio, existem algumas definições, sobre estas ações de Finanças Solidárias, necessárias a se fazer. O presente trabalho tomou por base a definição da Rede Brasileira de Bancos Comunitários (2006), na qual Bancos Comunitários são considerados: *“Serviços financeiros solidários em rede, de natureza associativa e comunitária, voltados para a geração de trabalho e renda na perspectiva de reorganização das economias locais, tendo por base os princípios da Economia Solidária”*.

Para França Filho (2007 apud SILVA JÚNIOR, 2007), muitas são as razões indicando sua originalidade. Segundo o autor:

[...] devemos reconhecer duas condições que tornam o Banco Comunitário, um tipo de banco e de empreendimento de microfinanças incomum: a hibridação de diferentes fontes de financiamento (moeda social, crédito para produção, empréstimos a juros subsidiados, etc.) e a construção conjunta da oferta e da demanda. (FRANÇA FILHO, 2007 apud SILVA JÚNIOR, 2007).

Ainda de acordo com este autor, uma característica considerada como uma premissa para a instalação de um banco comunitário é a **mobilização endógena do território**. Assim, o desejo deve ser intrínseco da comunidade, “[...] ainda que exista uma motivação e processos de excitação por agentes externos” (SILVA JUNIOR, 2007, p. 4).

2.1 BANCO COMUNITÁRIO

É relevante apresentar neste trabalho uma discussão sobre os termos propriamente ditos do objeto da pesquisa: “Banco” e “Comunitário”. O vocábulo “banco” remete-nos usualmente aos bancos comerciais, os tradicionais locais de transação financeira. Os bancos representam a base do sistema monetário brasileiro e estão sob a supervisão, a regulamentação e a fiscalização do Banco Central do Brasil. São o símbolo máximo da monetarização e do sistema vigente. Nunes (2007) define os bancos comerciais como:

Intermediários financeiros cujas principais atividades consistem em aceitar depósitos mobilizáveis por cheque e outros meios de pagamento e em conceder empréstimos. Através da sua atividade de intermediação financeira, os bancos comerciais participam no processo de criação de moeda tendo, por isso, a sua atividade muito regulamentada pelas entidades que gerem a política monetária: os bancos centrais.

Segundo Noé (S/D):

Os Bancos Comerciais são instituições financeiras particulares ou estatais com o objetivo de atender as necessidades financeiras da população em geral, do comércio, das indústrias e dos prestadores de serviços. São instituições responsáveis por receberem o pagamento de títulos e documentos como duplicatas, boletos, prestações entre outros papéis do sistema de pagamentos, repassando o valor correspondente às entidades empresariais identificadas. São responsáveis pelo financiamento a curto, médio e longo prazo de móveis e imóveis. Também é atividade dos Bancos Comerciais a captação à vista de recursos financeiros (depósitos), livremente movimentáveis. As pessoas buscam um Banco no intuito de aplicar suas economias visando às capitalizações oferecidas, isto é, os rendimentos financeiros pagos pelos bancos na utilização do dinheiro depositado. De uma forma mais simples, emprestamos dinheiro aos bancos e eles pagam juros por esses empréstimos, da mesma forma que pagamos juros ao requisitarmos junto a uma instituição bancária um crédito a prazo. **É nessa negociação que os Bancos faturam seus lucros, pois as taxas de juros pagas são inferiores aos juros cobrados por empréstimos aos clientes.** Essa diferença entre as taxas de juros das operações de débito e crédito é chamada de **spread**, constituindo uma das principais fontes de lucro de um Banco Comercial.

O Banco Central do Brasil (2010), sobre os Bancos Comerciais, afirma que:

Os bancos são instituições financeiras que comercializam produtos e serviços financeiros sob autorização do Banco Central. A dinâmica de funcionamento de um banco para um cidadão é bastante simples e pode ocorrer de várias formas. Um indivíduo pode utilizar os serviços bancários para armazenar seu dinheiro, por meio de depósitos à vista. Dessa forma, ao invés de fazer pagamentos com dinheiro vivo, pode utilizar talões de cheque ou cartões de débito, que são benefícios oferecidos pelos bancos no momento da abertura da conta corrente. Outra forma de utilização dos serviços bancários é a concessão de crédito. Ou seja, um cidadão precisa de uma quantia de dinheiro que não possui e pode tentar consegui-la em sua agência bancária. Para isso, deve pagar um preço pelo dinheiro. Esse preço é chamado de taxa de juros, que costuma variar de acordo com a quantia emprestada pelo banco e o prazo de pagamento acordado com o cliente. Há tipos de crédito específicos para a compra de imóveis, automóveis e outros bens de consumo. Um banco também é utilizado pelos clientes com intenção de poupar. Para isso, disponibilizam inúmeras ferramentas, como a caderneta de poupança, fundos de investimentos, Certificados de Depósito Bancário (CDBs), entre outros produtos.

Ushizima (2008), afirma que o acesso aos serviços bancários não é privilégio de boa parte da população do país: 43% dos brasileiros estão excluídos desse sistema financeiro, segundo estimativas do Banco Mundial. Tal fato ocorre em razão de vários fatores, como o processo de concentração bancária e a privatização de bancos públicos estaduais, juntamente com a dificuldade em se cumprir requisitos mínimos para a abertura de uma conta, como nível de renda, patrimônio e documentação.

Para exemplificar essas questões que dificultam a participação da população excluída no sistema financeiro, Ushizima (2008), analisa os requisitos para a abertura de uma conta, bem como o custo para sua manutenção no Brasil. Dentre os requisitos estão: a necessidade de se dispor da quantia mínima exigida pelo banco, o preenchimento da ficha-proposta de abertura de conta - que é o contrato firmado entre banco e cliente - e, no caso de pessoa física, a apresentação dos documentos originais de identificação, a inscrição no Cadastro de Pessoa Física (CPF) e o comprovante de residência.

É nítido que alguns desses requisitos mínimos já são uma barreira para as populações de baixa renda. Para essa grande parte da sociedade brasileira, que vive principalmente nas zonas periféricas das grandes cidades, existe, por exemplo, a questão do reconhecimento formal do direito de propriedade, que *“constitui um empecilho não só para a comprovação de residência, como também para o uso de sua propriedade como garantia de crédito”* Ushizima (2008).

Nesse ponto, Abramovay e Carvalho (2004), apontam a necessidade de se criar condições para a regularização fundiária nas áreas metropolitanas, condicionante fundamental para o aumento de empréstimos destinados aos brasileiros pobres. Além disso, as tarifas cobradas por cada instituição financeira são também um exemplo da inviabilidade da manutenção de uma conta bancária pela população de baixa renda.

Vale lembrar ainda que existem outros tipos de bancos no Brasil, além dos comerciais, como os de investimento e financeiros, os mistos e outros. No entanto, todos possuem por natureza básica, o “lucro” e possuem diversas características dos Bancos Comerciais que também dificultam o acesso ao crédito, por boa parte da população.

Assim, os bancos representam um dos maiores símbolos do sistema

capitalista, o qual é, para muitos, o principal causador da desigualdade social que enfrentamos; diante disso, acredita-se que a Economia Solidária busca uma forma social (e não socialista) de atender as populações que estão à margem da sociedade e que, como dito anteriormente, possuem os “bancos” tradicionais, como um dos símbolos causadores dessa mazela. Nesse sentido, partimos do pressuposto de que os Bancos Comunitários, por outro lado, são serviços financeiros e bancários gerenciados pela própria comunidade, o que atende a realidade local.

Em complemento a discussão do termo e seguindo com a conceituação da Tecnologia Social em estudo, fez-se necessário apresentar outra apreciação que, de fato, faz toda a diferença para que a tecnologia social, estudada por essa dissertação, tenha condições de buscar o desenvolvimento social de um território: trata-se do conceito de “comunitário”.

A palavra “comunitário” remete-nos à “comunidade”, mas, afinal, o que é comunidade? O que este conceito significa, para fazer com que o conceito símbolo, BANCO, se torne uma alternativa solidária para os territórios?

De acordo com o Dicionário Michaelis online 2012, comunidade significa aquilo que é comum; a comunhão. A palavra também é descrita como: “participação em comum; agremiação de indivíduos que vivem em comum ou têm os mesmos interesses e ideais políticos, religiosos etc.”.

Baseado nesta definição, mas com um mote mais profundo, adotou-se comunidade como “espaço social”. Para Egler (2003):

espaço social é aquele que é percebido entre os indivíduos que participam de um coletivo. É de natureza imaterial, refere-se aos vínculos que traçam as relações entre os indivíduos e a sociedade e que formam o tecido social. Que se representam através de fios invisíveis, de natureza comunicativa que fazem a coesão social, é a cola que reúne os homens em lugar comum. Podemos ler diferentes esferas do tecido social, onde se realizam coletivos específicos que tem por objeto de ação a produção econômica, a organização política e a vida social.

Pensando no conceito do Comunitário e buscando a essência da comunidade, o “espaço social” é, talvez, a definição que mais se aproxima daquilo que pode ser uma verdade não discutida: *“o coração e alma da comunidade é a troca não monetária de valor: coisas que fazemos e compartilhamos porque nos interessamos pelos outros e pelo bem do lugar”*

(HOCK, 1999).

Segundo Hock (1999), a comunidade é constituída de elementos que não tentamos mensurar, que não “guardamos no arquivo” e “pelas quais não pedimos recompensa”. Para ele, quando mensuramos valores,

Temos uma medida, por mais enganosa que seja, para calcular a eficácia relativa de cada parte do sistema. Construimos assim mecanismos para “resolver” problemas que nossas medições revelaram. É uma coisa estranha: criamos os problemas ao medi-los, e depois tentamos fabricar sua solução. Não percebemos o erro fundamental que é destruir um sistema extremamente eficaz, cujos valores não podemos calcular, para calcular a suposta eficiência de um sistema ineficaz. Não percebemos também o erro que é fabricar uma sociedade e estruturas institucionais baseadas em medição matemática. Diz o ditado: “o que se mede se faz”. Talvez seja precisamente esse o problema (HOCK, 1999, pg 53).

Há, em contrapartida, como fora anteriormente mencionado, muitos elementos que surgem na comunidade e que não podem ser mensurados, mesmo se tentado fosse. Como não podem ser medidos, esses elementos não podem ser avaliados em dinheiro. Trata-se de “respeito, tolerância, amor, confiança, beleza – cujo suprimento é irrestrito e ilimitado”. Para ele,

A troca não monetária de valor implica uma diferença essencial entre receber e obter. Recebemos dádivas. Obtemos posses. É um erro confundir comprar e vender com dar e receber. É um erro confundir dinheiro com valor. É um erro acreditar que todo valor pode ser medido. É um erro colossal tentar monetizar todo valor (HOCK, 1999, p. 52).

A troca de bens que não têm valor financeiro, que acontece em uma comunidade, não vem apenas de motivos “altruístas”, mas emana da consciência profunda, chamada pelo mesmo autor de intuitiva e subconsciente, de que, em comunidade, é possível exercitar a *“independência, a interdependência e a intradependência dos indivíduos”*.

Tudo isso reporta-nos aos valores fundamentais da família, detentora de muitas trocas não monetárias de valor. A família constitui-se na pedra angular das comunidades. Ela é a comunidade primordial e “é dessa comunidade que todas as outras são formadas”.

Percebe-se, assim, que, em uma comunidade, a unidade do “um” singular e do “um” plural vai além das pessoas e das coisas. Aplica-se também

às crenças, aos propósitos e aos princípios. Ainda segundo Hock (1999, pg 51), “*sem uma abundância de valores não materiais e uma igual abundância de troca não monetária de valor material, nunca existiu nem nunca existirá uma verdadeira comunidade.*”

O autor defende que a troca não monetária de valor é um sistema eficaz, que vem sendo aprimorado por muitos e muitos anos ao longo da história da humanidade. Por não exigir contratos, governo, leis, tribunais, polícia, economistas, advogados ou contadores, esse sistema também não exige especialistas “ungidos ou diplomados”. Bastam apenas pessoas comuns e que estejam interessadas. Para ele, a “*verdadeira comunidade exige proximidade, interação e contato contínuo e direto entre as pessoas, o lugar e as coisas de que é composta*”.

A partir do entendimento de comunidade, pode-se dizer que este é o nome exato para esta tecnologia social: “Banco e Comunitário”, já que ambos trabalham dentro de uma estrutura monetária lastreada em moeda nacional. Contudo, o que os legitima e faz com que sejam implantados e consolidados são todas as características complexas que não são mensuráveis. (HOCK, 1999).

A verdadeira troca que existe nos Bancos Comunitários é muito mais profunda do que simplesmente a circulante local. Ela é uma resultante que só é possível a partir das trocas não monetárias, as quais são intrínsecas àquela comunidade que constituiu seu “espaço social”.

Comunidade não tem relação com lucro. Tem relação com benefício [...]. Quando tentamos monetizar todo o valor, desunimos metodicamente as pessoas e destruímos a comunidade (HOCK, 1999, p. 51).

2.2 MÉTODO

“A Dicotomia Quantitativo-Qualitativo.”

A partir da estrutura de análise necessária para abranger o tema da pesquisa e seus objetos empíricos, reconheceu-se pertinente a adoção de uma metodologia que escapa às concepções tradicionais: qualitativo ou quantitativo.

De acordo com Vieira (2006, p. 15) e Cano (2004, p. 93), a técnica quantitativa entende-se como aquela em que as informações são expressas,

de modo geral, numericamente e está voltada para a verificação de teorias (contexto de justificação). Já a técnica qualitativa é aquela na qual há a descrição detalhada dos fenômenos e elementos, dos discursos, dos depoimentos e do contexto e volta-se para a geração de teorias a partir dos dados analisados (contexto de descoberta).

A (falsa) dicotomia entre os métodos resume-se, basicamente, na seguinte questão: a técnica quantitativa visa responder questões do tipo “o que?”, enquanto a técnica qualitativa responde as do tipo “por quê?” e “como?”.

Dessa forma, a (falsa) dicotomia entre os dois métodos leva os pesquisadores a optarem, de um modo geral, por técnicas fundadas em apenas um deles. Para Vieira (2006, p. 16), essa escolha gera três problemas para a pesquisa: O primeiro deles refere-se às limitações que a opção por um só método ocasiona à interpretação dos fenômenos. O segundo problema trata da questão a ser avaliada na pesquisa. Como o pesquisador, na maioria das vezes, domina apenas um viés metodológico, ele acaba escolhendo a questão relevante do fenômeno avaliado, com base apenas no que ele domina. As demais questões do caso em análise são postas de lado, porque sua avaliação dependerá de outra prática. O terceiro deles é que os pesquisadores, em consequência de uma só escolha, não desenvolvem habilidades no outro método.

Assim, o ideal é uma pesquisa baseada tanto em práticas quantitativas como qualitativas, uma vez que os dois métodos possuem suas limitações e a aplicação de ambos de forma conjunta propicia uma melhor compreensão da complexidade das organizações, além de ser necessária para dar consistência à fundamentação da pesquisa (JOIA, 2006, p. 129).

Partindo do pressuposto de que o objeto da pesquisa (Banco Comunitário) e os estudos empíricos não conseguiriam ser analisados apenas por um dos vieses, a escolha metodológica realizada para viabilizar este estudo teve tanto o propósito de incluir uma gama de formas de captura de dados que atendesse às especificidades dos objetos empíricos investigados, quanto o propósito de permitir, com maior propriedade, a validação dos dados. Em suma, esta validação ocorreu por meio da aquisição de diferentes fontes de informações, o que possibilitou a desagregação e o estudo minucioso das variáveis de análise.

A apreciação tornou-se efetiva depois das consultas bibliográficas, da aquisição de informações por meio de consulta a documentos oficiais e bancos de dados secundários, do estudo de campo, das observações diretas e da realização de entrevistas com perguntas abertas.

Ainda de acordo com as formas de classificação de pesquisa (GILL, 2002; SILVA E MENEZES, 2005), do ponto de vista da natureza do trabalho, esta pesquisa foi aplicada com o objetivo de gerar conhecimentos para atuação na prática. A pesquisa possui três grandes fases: Exploratória, Descritiva e Analítica.

2.2.1 Fase exploratória

Levantamento bibliográfico, constituído de material já publicado, consulta a livros, artigos de periódicos, e material disponibilizado em forma digital sobre Desenvolvimento Social, Endógeno e Territorial, Economia Solidária, Finanças Solidárias, Bancos Comunitários, de experiências brasileiras e internacionais.

- Inventário de dados e bases documentais referentes às finanças solidárias, formado de análise da situação atual e histórica específica acerca das políticas de fomento à Economia Solidária, bem como das Finanças Solidárias e Bancos Comunitários, a partir do ano 1998, data da criação do Banco Palmas.

- Identificação das condições, evoluções e apoio para a implantação de Bancos Comunitários nos diferentes territórios, afim de melhor aferir as condições de viabilidade dessa tecnologia social;

- Estudos empíricos em dois territórios atendidos pelos Bancos Comunitários: Conjunto Palmeiras em Fortaleza-CE e Jardim Maria Sampaio na cidade de São Paulo, onde se situa o Banco Comunitário União Sampaio.

2.2.2 Fase exploratória – trabalhos de campo

Partindo do pressuposto de que os Bancos Comunitários são uma ação inovadora nos territórios, conforme já citado, a pesquisa empírica aplicou variáveis de análise qualitativa e quantitativa para a verificação dos possíveis impactos e benefícios e também do desenvolvimento que os bancos “União

Sampaio” - SP e “Palmas” - CE propiciaram em seus territórios.

A verificação ocorreu a partir da análise empírica do funcionamento dos Bancos e das entrevistas abertas realizadas com moradores e coordenadores do Jardim Maria Sampaio - SP e Palmeiras - CE.

As perguntas de partida para as entrevistas foram escolhidas com o intuito de não induzir a resposta dos moradores. O objetivo era averiguar junto às organizações e aos moradores dos territórios em questão, qual a contribuição do Banco Palmas para o desenvolvimento do Conjunto Palmeiras e do União Sampaio para o bairro paulista. Para tanto, não se perguntou se o “Banco” gerou ou não desenvolvimento para o bairro, e sim:

- O que representa o Banco Comunitário no território?
- Quais as transformações causadas por este Banco no bairro?

A partir da definição das perguntas de partidas foram realizados os estudos empíricos.

Em janeiro de 2011, realizou-se um estudo de campo no bairro paulista Jardim Maria Sampaio, local do Banco União Sampaio, nesta visita *in loco*, foram realizadas entrevistas junto aos precursores dessa iniciativa e também aos moradores e usuários do banco, com o intuito de analisar as dificuldades e avanços da implantação da tecnologia social no território, e também de verificar o significado do Banco para o bairro, (As entrevistas realizadas no Banco Palmas foram gravadas em CD e estão em ANEXO I), a partir das duas perguntas de partida já apresentadas.

- O que representa o Banco União Sampaio no Jardim Maria Sampaio?

- Quais as transformações causadas por este Banco no bairro?**

Procurou-se verificar as políticas públicas e as condições sociais daquela população, para obter-se maior embasamento ao compará-lo com o Banco Palmas, pioneiro e principal responsável da reaplicação dos Bancos Comunitários no país, e também com outros territórios não atendidos por tais bancos.¹

Em novembro de 2011,² ocorreu o estudo empírico no Conjunto Palmeiras em Fortaleza - CE, local do Banco Palmas. Este estudo se justificou pela importância desse banco no cenário nacional, pois além de ser o pioneiro, possui o Instituto Palmas, o qual promove, juntamente com a SENAES/MTE, a criação de novos Bancos Comunitários no país. Nessa visita, realizou-se entrevistas com os precursores e também com os demais usuários do banco. A partir das entrevistas, formou-se um paradigma para a avaliação do desenvolvimento social daquele território e para compreender quais os diferenciais na qualidade de vida no bairro Palmeiras, desde a criação do Banco Palmas em 1998.

As perguntas realizadas foram às mesmas do Banco União Sampaio.

- O que representa o Banco Palmas no Conjunto Palmeiras?

- Quais as transformações causadas por este Banco no bairro?

A articulação comunitária é certamente um dos mais eficazes meios de transformação dos aspectos socioeconômicos de localidades vitimadas pela pobreza. É assim que começa a história que aqui se segue, a partir da mobilização dos residentes do Conjunto Palmeiras, que uma vez organizados sob o direcionamento de sua associação comunitária apreenderam a possibilidade de uma realidade outra, cujo olhar volta-se à valorização da pessoa humana e à dignidade pressuposta por esta. Na tentativa de atenuar as desigualdades implicadas pelo modelo econômico em voga – notadamente marcado por seu caráter utilitário no estabelecimento do lucro como escopo único de suas ações – essa comunidade do Conjunto Palmeiras dá início a um empreendimento inovador: o Banco Palmas, que pautado nos princípios da Economia Solidária tem contribuído para atenuar as dificuldades de acesso ao crédito e a indiferença que existia das autoridades públicas em relação aos moradores do bairro ao longo de dez anos de existência (SILVA JUNIOR, 2008, p. 7).

A partir do material adquirido nos estudos empíricos, foi possível

¹ Em fevereiro de 2011, foi realizada uma pesquisa *in loco* de experiências de moedas sociais na França, com o intuito de visualizar estratégias bem sucedidas de finanças solidárias, e entender como essas ações fomentam o desenvolvimento territorial nas cidades francesas.

² O estudo de campo no Conjunto Palmeiras em Fortaleza/CE foi realizado entre os dias 19 e 28 do mês de novembro de 2011.

delimitar algumas linhas norteadoras para a análise de verificação do desenvolvimento gerado pelos Bancos Comunitários. Baseando-se nas perguntas de partida das entrevistas e na hipótese fundamental da pesquisa que é a **“relação do desenvolvimento social dos territórios e a implantação de Bancos Comunitários”**, as linhas norteadoras baseadas nos estudos do Instituto Palmas (2012), foram divididas em quatro eixos básicos que se acredita abranger a análise do possível desenvolvimento social causado por estes Bancos. São eles:

Quadro 1 – Variáveis de Análise

<p style="text-align: center;">Inclusão Socioeconômica e Financeira</p> <ul style="list-style-type: none">- Acesso aos serviços financeiros e bancários<ul style="list-style-type: none">- Educação financeira- Movimentação econômica da comunidade<ul style="list-style-type: none">- Articulação da comunidade <p style="text-align: center;">Participação e Controle social</p> <ul style="list-style-type: none">- Credibilidade da comunidade- Participação da comunidade na gestão da instituição <p style="text-align: center;">Desenvolvimento das Capacidades</p> <ul style="list-style-type: none">- Realização das ações que potencializam as capacidades dos indivíduos e do território<ul style="list-style-type: none">- Articulação entre projetos e produtos/ serviços financeiros <p style="text-align: center;">Desempenho Institucional</p> <ul style="list-style-type: none">- Estrutura de gestão para oferta de serviços financeiros e bancários<ul style="list-style-type: none">- Autonomia da gestão e composição do fundo- Dados desempenho institucionais comparáveis a outras instituições de microcrédito não comunitárias

Fonte: Palmas, 2012.

2.2.3 Fase descritiva

Foram definidas as variáveis de análise, que se destacaram nas consultas bibliográficas, nos estudos empíricos e nos indicadores sugeridos pelo Instituto Palmas (2012), para avaliar as transformações desses territórios a partir dos Bancos Comunitários.

A forma de análise a partir da desagregação das variáveis foi utilizada tendo em vista as formas qualitativa e quantitativa de análise, para se verificar o que? “Por que?” “Como” as transformações sociais e econômicas causadas

pelos Bancos Comunitários nos territórios podem ou não fomentar o desenvolvimento social daquele local.

A partir dessas variáveis, buscou-se verificar quais características são necessárias para a manutenção e a consolidação de cada Banco Comunitário, em qual grau cada um dos objetos empíricos se encontra e quais são as características em que os bancos se assemelham e se diferem, já que, o Banco Palmas possui 14 anos de existência e foi o pioneiro da experiência e o Banco União Sampaio (fruto da reaplicação do Instituto Palmas) possui apenas 3 anos de criação. Era necessária à pesquisa a verificação do possível desenvolvimento social a partir da implantação desta tecnologia, além da preocupação com as características que seriam essenciais para a estabilização destes bancos, como o grau de maturidade destas experiências.

A partir dos questionamentos, as variáveis de análise apresentadas sobre o material adquirido foram aplicadas para a verificação quantitativa e qualitativa da implantação destes bancos, assim como para a visualização dos possíveis benefícios trazidos para o território e ainda, para uma possível comparação entre as duas experiências empíricas estudadas.

Tomou-se por verdade que as quatro variáveis apresentadas e suas subdivisões abrangessem os questionamentos e a hipótese fundamental da presente pesquisa.

2.2.4 Fase analítica

O momento seguinte foi representado por uma análise da aplicação das variáveis sobre os dados coletados, a qual comparou os territórios atendidos (objetos empíricos) por essa tecnologia social, com base nas leituras realizadas e nas pesquisas de campo.

Buscou-se compreender e explicar a condição para o desenvolvimento endógeno e social nos territórios atendidos pelos Bancos Comunitários. As adequações e premissas necessárias aos territórios para a implantação e manutenção desta tecnologia social foram verificadas, assim como uma análise das políticas públicas em prol das finanças solidárias e também dos bancos comunitários.

Nesta fase, houve a sistematização dos dados de forma comparativa, tanto no que concerne a seu foco principal, como à geração, ou ainda ao que se refere a sua forma de abordagem.

Já na fase final, ocorreu uma grande produção de informações providas de todos os processos anteriores aqui citados, o que resultou em uma análise crítica dos indicadores e das variáveis e também das metodologias utilizadas, com identificação de possíveis lacunas, visando conhecer a implementação, a adequação e as políticas públicas para Bancos Comunitários nas cidades brasileiras e seus futuros desdobramentos.

A dissertação foi concluída em agosto de 2012. Acredita-se ter cumprido os objetivos de responder às perguntas de pesquisa, e ter promovido uma possível contribuição para o desenvolvimento sócio - econômico dos territórios, a partir dessa tecnologia social de finanças solidárias, os Bancos Comunitários.

2.3 HISTÓRICO DOS BANCOS COMUNITÁRIOS: Banco Palmas - primeira experiência de banco comunitário no Brasil

No contexto brasileiro, as experiências de Bancos Comunitários têm seu início no fim da década de 1990, quando surgiu o primeiro Banco Comunitário brasileiro - Banco Palmas - fundado em janeiro de 1998, no Conjunto Palmeiras, bairro da periferia de Fortaleza, no Estado do Ceará.

Esse banco surgiu pela “[...] dificuldade dos moradores em arcarem com as despesas básicas de água, luz e alimentação” (BANCO DO NORDESTE DO BRASIL, 2008). A situação descrita acima fez com que a população, sem fonte de renda, buscasse por moradia em outros bairros, onde o custo de vida fosse zero. Diante disso, para enfrentar o problema de pobreza local, a Associação de Moradores do Conjunto Palmeiras (ASMOCONP), organizou um projeto de geração de trabalho e renda, para que as famílias fossem estimuladas a produzir e a comprar localmente. (SONDAGEM DAS EXPERIÊNCIAS DE MOEDAS ALTERNATIVAS EM CURSO NO BRASIL, 2008, p. 38). Em entrevista para essa pesquisa, alguns moradores relatam de forma interessante a mobilização para a criação do banco, suas dificuldades e o rompimento de paradigmas que essa criação significou:

[...] Isso foi luta dos moradores, fomos nós que fomos buscar, foi tudo conquista nossa, ninguém trouxe até aqui de presente né, é luta nossa, eu tenho muito orgulho, nasci e me criei nessa comunidade, me casei aqui, construí família aqui, acho que vou morrer por aqui né [...]. (Dona Josefina).

2.3.1 Histórico da experiência do Conjunto Palmeiras

O Conjunto Palmeiras é um território com aproximadamente 30 mil habitantes, situado na periferia da cidade de Fortaleza. Nessa comunidade vivem, em 2011, mais de 5 mil famílias, cuja renda, em 80% dos lares, fica abaixo de dois salários mínimos/mês, e 70 % da população não tem emprego formal.

A história do bairro tem início em 1973, quando chegaram os primeiros habitantes vindos de despejos realizados, principalmente, na região litorânea da cidade (vide figura 2.9). Isso ocorreu devido à execução do plano metropolitano de urbanização, o qual culminou com a abertura de novas ruas e avenidas e com a consequente especulação imobiliária.

Essa população indigente foi "atirada" numa área pantanosa, coberta por lama e vegetação densa, extremamente inadequada para a convivência humana (FRANÇA FILHO; SILVA JÚNIOR, 2003) e distante aproximadamente 24 km da região litorânea (figura 2.9) onde grande parte destes moradores habitava até 1973, quando houve o despejo para a área destinada.



Figura 9 – Localização do Conjunto Palmeiras em relação a área litorânea.
Fonte: Organizado pelo autor, 2012.

Os moradores que lá chegaram, foram construindo espontaneamente seus barracos, dando origem a um processo de favelização, sem rede de saneamento básico, água tratada, energia elétrica, escola ou qualquer outro tipo de serviço público. Inicialmente, a assistência à população local seguiu-se

atrelada à atuação da extinta Fundação do Serviço Social de Fortaleza, órgão, então, ligado à Prefeitura municipal.

Os serviços prestados pelo órgão oficial jamais satisfizeram as extremas carências de meios para construir uma vida com o mínimo de dignidade, em razão do volume da demanda e do enfoque no atendimento, mais assistencial. A saída então foi a união da comunidade e a atuação como grupo de pressão junto aos governos, na tentativa de terem seus desejos de inclusão social atendidos.

As primeiras formas de organização da comunidade datam desta época: a construção da Casa de Parto, uma iniciativa de representantes de algumas quadras, constituindo-se como uma espécie de embrião da associação de moradores, a Escola de 1º Grau e o Centro Social.

No final dos anos 70, o crescimento do Conjunto Palmeiras foi acelerado com a chegada de outro público, constituído de pessoas desassistidas em outras áreas e que vislumbravam, naquele lugar, a possibilidade de construção do seu habitat. Ocorreu, então, o fortalecimento de um movimento social no bairro, em busca da sua organização. As conquistas iniciais estimularam a reunião das pessoas numa perspectiva de transformação da comunidade.

É nesse quadro que ocorre, em 1981, a fundação da Associação dos Moradores do Conjunto Palmeiras (ASMOCONP) e que começa o processo de organização das famílias. O resultado é que, atualmente, o Palmeiras dispõe de redes de água e energia elétrica, e também de um canal de drenagem de 1.700m (construído em regime de mutirão). Está organizado por quadras e tem implantada sua rede de esgotamento sanitário, além de outros serviços públicos, como transporte, escola e postos de saúde. Nas palavras de um dos membros da comunidade é possível perceber o engajamento nessa causa:

[...] Por conta da humilhação do bairro, tudo foi conquistado com luta, nada foi assim “tá aqui para você” porque aí e o governo, e a própria prefeitura, prometiam, mas não cumpriam. Então se não fosse a luta, as comissões, as reivindicações, as manifestações fazendo um bando música, charanga [...] até que eles perceberam que se não atendessem ia ser grande a confusão e deu certo.[...] (Seu Paulinho).

Certamente, tudo isso não seria alcançado sem a mobilização da ASMOCONP e de seus líderes, cujas lutas marcantes são exemplos na história

do movimento comunitário no Brasil. (FRANÇA FILHO; SILVA JÚNIOR. 2003).

Segundo o comerciante Bezerra:

Doze anos atrás o grupo Palmeiras era muito carente (antes da criação do Banco), hoje ainda tem umas carências, mas em relação há uns anos atrás era carente mesmo que seria até dificultoso um banco ser criado aqui dentro devido à carência das pessoas ser muito grande, mas, por conta disso, o Banco Palmas teve uma vantagem: que a carência das pessoas era tão grande que se entregaram ao projeto social total que deu uma forma para o Palmas que foi uma coisa alavancada referente a isso, a essa carência grande, que não teve como debater, só teve como colher. [...] E o Joaquim como coordenador, muito inteligente, ouviu, pegou toda a força da comunidade, todo detalhe, percebeu a linguagem de cada um e aplicou o banco, só ajudando. O pouco que o Banco ajudava era muito para quem estava precisando. Eram pessoas que não tinham iniciativa nenhuma, pessoas carentes, pessoas que não acreditavam nem em si. Aí o Banco trouxe projetos, incubadora feminina, trouxe cursos, trouxe várias coisas que buscaram a autoestima dessas pessoas, que aí foi onde nasceu a raiz do banco [...] (Seu Bezerra).

2.3.2 A organização endógena do bairro – Associação dos Moradores do Conjunto Palmeiras – ASMOCONP

A ASMOCONP surgiu para organizar e mobilizar a população do Palmeiras em busca da melhoria de suas condições de vida mais gerais, articulando três planos de atuação: o político, a mobilização e participação das pessoas em torno de questões públicas; o social, reforçar a base das relações e convivência entre os moradores; e o econômico, a partir das várias atividades produtivas que são empreendidas.



Figura 10 – Foto atual da sede da ASMOCONP.
Fonte: Banco Palmas, 2010.

Por meio das mobilizações dos moradores e de diversas parceiras, a ASMOCOPNP foi aos poucos construindo o bairro. Várias são as situações que resumem a participação política presente nos 30 anos da ASMOCOPNP. Pode servir como referência a luta, por volta de 1985, pela manutenção de um programa de assistência do governo federal que destinava cestas básicas às famílias de baixa renda, cadastradas nos postos de saúde.

Um segundo momento que demonstra o poder do associativismo conjugado às lutas sociais ocorreu no ano de 1988 e o problema era o desabastecimento de água. Também nesse período, a ASMOCOPNP encampa uma “batalha política” e obtém a instalação da energia elétrica no bairro/favela.

Além destas conquistas junto aos governos (nacional e subnacionais), as parcerias da ASMOCOPNP, no final da década de 80, já se estendiam a cooperação internacional. Por volta de 1990, apoiado pela GTZ (uma Agência alemã de cooperação internacional sob a forma de apoio técnico ligada ao governo daquele país), fora construído 1700 metros de canal de drenagem em regime de mutirão e, dois anos depois, junto ao Governo do Estado conseguiu-se a implantação da rede de esgotamento sanitário. “O bairro foi assim urbanizado, tornando-se mais habitável”, Joaquim Melo, um dos líderes da ASMOCOPNP. (FRANÇA FILHO; SILVA JÚNIOR, 2003)

Entretanto, no que tange os avanços na infraestrutura local, suas condições mais gerais de vida continuavam também amplamente influenciadas pela conjuntura política e macroeconômica. Uma pesquisa realizada pela ASMOCOPNP, em 1997, constatou que a pobreza e a fome eram devastadoras no bairro. Naquela época, 90% da população economicamente ativa possuía renda familiar abaixo de dois salários mínimos; 80% estava desempregada; e os pequenos produtores não tinham como empreender devido à falta de acesso ao crédito e às dificuldades na comercialização de seus produtos.

Durante aquele ano, a associação realizou inúmeras reuniões e seminários com os seus habitantes para discutir a condição de pobreza econômica local e quais seriam as alternativas de enfrentamento. Mais uma vez a comunidade se mobilizava na busca de soluções para as suas dificuldades.

Foi nessa perspectiva que a ASMOCOPNP criou o *Banco Palmas*, em janeiro de 1998, e implantou uma rede de solidariedade entre produtores e consumidores locais. Embora o termo economia solidária fosse, nessa época, desconhecido, a ideia era “um projeto de geração de trabalho e renda que

estimularia a produção local através de uma linha de financiamento (microcrédito) e outra linha que estimulasse o consumo local através de um cartão de crédito próprio” (MELO NETO; MAGALHÃES, 2003: E16 apud FRANÇA FILHO; SILVA JÚNIOR, 2003).

O objetivo do projeto *Banco Palmas* seria, então, garantir microcréditos para a produção e o consumo local, com juros muito baixos, sem exigência de consultas cadastrais, comprovação de renda ou fiador. Mais do que um cadastro formal, a concessão do crédito exige um conhecimento da vida daquele que será o tomador do empréstimo na comunidade.

O agente de crédito consulta, assim, a rede de relações da pessoa, como fonte de conhecimento. Já a cobrança do crédito, por sua vez, passa pela introdução de um mecanismo de controle social extremamente original, o qual envolve vizinhos numa espécie de aval solidário. São as próprias pessoas que funcionam como mecanismo de pressão moral junto ao indivíduo.

Este processo tem por intuito também a valorização do indivíduo, que deixa de ser apenas consumidor e passa a ser “prosumidor”. Segundo Peixe (2010), *“prosumidores são a junção das palavras profissional, produtor e consumidor, e diferencia-se do consumidor comum, pois esse novo indivíduo é mais envolvido no processo”*.



Figura 11 – Funcionamento básico de crédito, Banco Palmas.
Fonte: Banco Palmas.

A efetivação desse projeto transformaria a atuação da ASMOCONP: Depois de 17 anos agindo como amplificadora das lutas para minimizar as carências sociais da população do Conjunto Palmeiras, tendo como ferramenta o capital social e como estratégia a pressão, a ASMOCONP passa a agir, principalmente, na intervenção e na aplicação de projetos sócio-produtivos de combate às desigualdades econômicas locais. Desde 1998, a ASMOCONP gerencia o *Banco Palmas*. (FRANÇA FILHO; SILVA JÚNIOR, 2003).



Figura 12 – Banco Palmas cartaz da ASMOCONP no Banco Palmas.
Fonte: Imagem do autor, 2011.

2.4 BANCO PALMAS E O INÍCIO DA REAPLICAÇÃO DA METODOLOGIA DE BANCOS COMUNITÁRIOS

A Associação dos Moradores do Conjunto Palmeira:

[..] desenvolveu um sistema econômico que conta com uma linha de microcrédito alternativo (para produtores e consumidores), instrumentos de incentivo ao consumo local (cartão de crédito e moeda social circulante) e alternativas de comercialização (feiras e lojas solidárias), promovendo localmente geração de emprego e renda para diversas pessoas. O Banco Palmas tem três características centrais: gestão feita pela própria comunidade, envolvendo a coordenação, gestão e administração dos recursos; sistema integrado de desenvolvimento local, que promove crédito, produção, comercialização e capacitação ao mesmo tempo, e o circulante local (PALMAS), complementar à moeda oficial (real), que é aceita e reconhecida por produtores, comerciantes e consumidores do bairro, criando um mercado solidário e alternativo entre as famílias

(BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2008, p. 1).

Dessa forma, o Banco Palmas é uma iniciativa que fomenta a geração de trabalho e renda, por meio da utilização de diversos instrumentos de viabilização de microcrédito aos produtores e consumidores do bairro do Conjunto Palmeiras, em Fortaleza/CE (SILVA JÚNIOR, 2004).

A iniciativa ganhou força e reconhecimento no início dos anos 2000, tanto que, em 2003, os moradores do Conjunto Palmeiras em Fortaleza, criaram o Instituto Banco Palmas de Desenvolvimento e Sócio-Economia Solidária, conhecido como Instituto Palmas, com o intuito de servir de apoio ao Banco Palmas, e também de auxiliar a criação de outros Bancos Comunitários no Brasil.

O Instituto Palmas obteve apoio de diversos atores da sociedade, tais como organizações governamentais e não governamentais, organismos multilaterais que acreditaram na ideia e no objetivo da diminuição da exclusão social e do desenvolvimento do território através dessa novidade social. Com esse apoio, o Instituto vem tentando reproduzir a metodologia em diversos locais do Brasil. (SILVA JÚNIOR, 2006).

Segundo Lietaer Bernard, especialista belga em moedas sociais, autor do Livro “O Futuro do Dinheiro”, em entrevista ao Jornal FOLHA de São Paulo, em 2008, comparando o Banco Palmas com o Grammen de Bangladesh, já citado na pesquisa:

O Banco Palmas é mais avançado que o Grammen, porque ajuda proporcionalmente mais seus “clientes” a sair da pobreza. Aqui está a razão: a taxa de juros cobrada pelo Banco Grammen é de 26%, outras organizações de microcrédito, como a empresa Compartamos no México cobra mais de 100% ao ano. Quantos novos negócios podem ser criados que têm uma taxa de retorno suficientemente alto para financeiramente justificar tais empréstimos? Em contraste a isso, o Banco Palmas disponibiliza créditos em dinheiro nacional e Palmas. Os empréstimos em Palmas podem ser fornecidos a uma taxa de juros muito mais baixa do que aqueles em moeda nacional. Dessa forma que alguém pode contrair empréstimos em dinheiro nacional (caro), apenas o que precisa de ser importadas do exterior da Comunidade por exemplo, máquinas de costura ou telefones móveis. Mas eles também podem emprestar (custo baixo) em Palmas para qualquer coisa que a comunidade local pode fornecer. Além disso, este por sua vez fornece mais trabalho para outras pessoas na mesma comunidade (JORNAL FOLHA E SÃO PAULO, 2008).

Em 2005, o Banco Palmas ganhou o prêmio Fundação Banco do Brasil

de Tecnologia Social. A partir do prêmio, segundo o Banco Central do Brasil, (2008):

[...] surgiram solicitações em todo o Brasil para transferência da metodologia do Banco Palmas, objetivando a implantação de bancos comunitários em diversos municípios. No mesmo ano, o Instituto Palmas firmou parceria com a Secretaria Nacional de Economia Solidária – SENAES/MTE e com o Banco Popular do Brasil (BPB) para fazer a difusão da metodologia dos Bancos comunitários (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2008).

Segundo Passos (2007), a primeira reaplicação da metodologia do Banco Palmas ocorreu em setembro de 2004, por meio de uma assessoria do Instituto na criação do Banco Par, no município de Paracuru, a 70 km de Fortaleza. Esse foi o segundo Banco Comunitário no Brasil, criado com as mesmas características do Banco Palmas.

Em 2005, conforme já demonstrado, a SENAES / MTE firmou parceria com o Instituto Palmas para transferir a metodologia para outros municípios do Brasil, através do Projeto de Apoio à Organização de Bancos Comunitários. Só no ano de 2005 foram criados mais quatro bancos comunitários no país: Banco Bassa (Santana do Acaraú / CE), o Banco Serrano (Palmácia / CE), o Banco Bem (Vitória / ES) e o Banco Terra (Vila Velha / ES). Atualmente, (2012) o país conta com quase 80 Bancos Comunitários, o que demonstra a reprodução e consolidação dessa tecnologia social.



Figura 13 – Mapa da distribuição dos Bancos Comunitários no Brasil, 2012.
Fonte: Rede Brasileira de Bancos Comunitários (2012, apud INSTITUTO PALMAS, 2012).

A Rede Brasileira de Bancos Comunitários mostra, conforme gráfico, o crescimento da reimplantação destes Bancos por todo o território nacional, principalmente a partir de 2006 (INSTITUTO PALMAS, 2012).

Gráfico 1 – Evolução da implantação de Bancos Comunitários no Brasil (1998 – 2012).



Fonte: Rede Brasileira de Bancos Comunitários (2012, apud INSTITUTO PALMAS, 2012).

2.5 FUNCIONAMENTO DO BANCO PALMAS

Segundo relatório do Banco Palmas, no site oficial (2010), de 2007 a 2009, o Instituto Palmas realizou 3.139 operações de crédito, com um volume emprestado de R\$ 4.126.712,79. Ao todo foram beneficiadas 2.500 famílias, 8.000 postos de trabalho foram mantidos e 2.000 foram gerados. O correspondente bancário realizou 28 milhões de transações e fez a gestão de quase 80 milhões de reais.

Quadro 2 – Números do Banco Palmas de 2005 a 2009.

AÇÕES	FONTE	2005	2006	2007	2008	2009
Carteira de crédito em Reais	Banco Popular do Brasil	50.000	120.000	250.000	530.000	700.000
Carteira de crédito em Palmas	Banco Palmas	3.000	10.000	20.000	25.000	36.000
Inadimplência da carteira de crédito (palmas e reais) acima de 30 dias	Banco Palmas	1,0%	1,8%	2,0%	1,3%	2,5%
Número de pessoas atendidas com crédito produtivo (em reais)	Banco Popular do Brasil e Instituto Palmas	70	97	170	310	490
Número de pessoas atendidas com crédito para o consumo (em palmas)	Banco Palmas	70	97	170	310	340
Número de operações realizadas pelo correspondente bancário	Banco Popular do Brasil e Instituto Palmas	40.000	80.000	95.000	110.000	130.000
Número de empreendimentos que aceita a moeda palmas	Banco Palmas	90	99	130	180	240
Postos de trabalho gerados (formal e informal)	Banco Palmas	40	69	110	180	160
Jovens que receberam capacitação profissional	Instituto Palmas	90	340	420	860	560
Mulheres em situação de risco atendidas (Projeto Incubadora Feminina)	Banco Palmas	40	40	20	0	25
Prêmios recebidos	Instituto Palmas	0	0	2	3	2
Feiras realizadas na comunidade (em média 25 produtores)	Banco Palmas	26	22	28	17	14
Venda na Loja Solidária – anual (em reais)	Banco Palmas	Não se aplica	25.000	53.000	76.000	55.000
Consultores comunitários treinados (jovens treinados para trabalharem no Banco Palmas)	Instituto Palmas	Não se aplica	25	10	0	13
Reuniões do FECOL realizadas	Instituto Palmas	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	15	22
Alunos formados pela Escola Cooperativa Palmas (cursinho pré-vestibular)	Instituto Palmas	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	40	80

Fonte: Banco Palmas, 2012.

Ricardo Young em entrevista a revista “Carta Capital”, de 04/03/2009, evidencia e corrobora o explicitado acima, a respeito do pioneirismo e da importância do Banco Palmas.

Um iPhone não pode ser produzido localmente, mas boa parte dos serviços de um bairro, sim. Um pedreiro precisa atravessar a cidade para conseguir trabalho, se há tantas obras na rua onde mora? Não. Mas o que falta para ele operar localmente? Crédito. Se os grandes bancos não se interessam por empréstimos de pequenas quantias, o que resta ao microempresário: os governos? Não. A ação da comunidade pode resolver alguns impasses. E o Brasil tem um belo exemplo: o Banco de Palmas. [...] O Banco de Palmas será reconhecido, mais cedo ou mais tarde, como uma das mais originais contribuições brasileiras para o desenvolvimento sustentável na vertente da inclusão social com preservação ambiental. Um dos melhores exemplos de que se tem notícia para ilustrar a máxima gandhiana de “fazer mais com menos para mais”, em si uma definição da sustentabilidade (Carta Capital, 2009).

Também nas palavras de Dona Josefina, é possível entrever que, a presença do Banco trouxe mais acesso aos serviços financeiros e bancários:

“hoje tem várias linhas de empreendimentos, de crédito que você pode estar indo buscar [...]”.



Figura 14 – Foto do muro do Banco Palmas.
Fonte: Imagem do autor, 2011.

Conforme citado anteriormente, a metodologia de análise deste trabalho está pautada em quatro variáveis que revelam como esta tecnologia social promove o desenvolvimento do território. São elas: inclusão socioeconômica e financeira, participação e controle social, desenvolvimento das capacidades e desenvolvimento institucional.

Sobre a primeira variável, ressalta-se que sua análise é de extrema importância, pois o Banco Comunitário surge com o princípio básico de suprir as necessidades dos excluídos do sistema financeiro tradicional. Os elementos estabelecidos por esta pesquisa para que essa condição de inclusão financeira seja atendida são: i) acesso aos serviços financeiros e bancários; ii) educação financeira; iii) movimentação econômica da comunidade; iv) articulação da comunidade.

É possível afirmar que o Banco Palmas consegue promover a Inclusão Socioeconômica e Financeira de seus moradores. As palavras da moradora entrevistada, Dona Dacília, a respeito das mudanças acarretadas pela implantação do Banco:

[...] é claro melhorou, melhorou muito. A gente vê pelo histórico das pessoas né, da comunidade, que começaram pedindo empréstimo pequeno e hoje tem grandes comércios [...] Que vieram com a ajuda do banco. É, que começou com essa ajuda do banco [...] (Dona Dacília, dona de um comércio do Palmeiras.)

Também nas palavras de Dona Josefina, é possível entrever que, a presença do Banco trouxe mais acesso aos serviços financeiros e bancários:

Quando você ia pagar uma conta de 100,00 reais você tinha que ter o 100,00 reais e mais o dinheiro da passagem para ir pagar a conta...né. [...] Lá do outro lado da cidade...Lá no centro da cidade. A conta de energia, a conta de água você tinha que pagar... hoje não, a gente paga tudo aqui né...e em cima disso que agente paga fina aquela porcentagem que miudinha que é pro nosso banco [...] (Dona Dacília).

O item educação financeira também aparece em falas como: “[o banco] trouxe cursos para capacitar os jovens, hoje tem muitos jovens trabalhando, até fora daqui, mas começaram aqui; projetos como bairro-escola, projeto construtores, começaram aqui [...]” (Seu Paulinho). Além disso, fica clara a articulação e movimentação econômica da comunidade, expressa em relatos como os do comerciante “Bezerra”: “É uma referência. Nós temos algo dentro do grupo Palmeiras que os outros bairros não tem, que é uma terceira moeda[...]” e “é um banco que tem uma grande referência, um grande respeito aqui na comunidade, não só aqui como lá fora” .

Verificou-se ainda o quanto à presença do Banco promove a participação e o controle social da comunidade, atingindo, assim, a segunda variável de análise da pesquisa. Esta afirmação é corroborada quando se torna clara a credibilidade da comunidade nos relatos de vários moradores. “[...] porque o Banco Palmas não é um banco só para fazer pagamento e receber dinheiro, é um banco comunitário, da comunidade, onde você tem voz de vez[...] – Seu Paulinho”. E, além disso, quando é visível a participação da comunidade na gestão da instituição: “o Banco é cobrado hoje até pela comunidade: o Banco Palmas não vai fazer isso daqui não? Vai lá ou eu vou botar um dizer[...] – Seu Bezerra”.

A seguir imagem dos moradores e usuários dentro do Banco Palmas.



Figura 15 – Usuários do Banco Palmas.
Fonte: Imagem do autor, 2011.

Já no que tange a terceira variável de análise - o desenvolvimento das capacidades dos moradores do conjunto Palmeiras -, pode-se ressaltar a existência de diversas ações que potencializam as capacidades dos indivíduos e do território, além da importante articulação entre projetos e produtos/serviços financeiros. Na experiência de alguns entrevistados:

Eu fui até o Joaquim, lá no Banco Palmas e conversei com ele: Joaquim eu tenho que comprar figurino, porque a gente não se apresenta porque não tem roupa. Ele disse assim: mas quanto é? Aí, eu disse: não sei te falar mas vou fazer um orçamento e trago pra ti de novo. Ai vim, conversei com os meninos ai a gente começou a pesquisar. Voltei lá: Joaquim eu preciso de 6 mil... 6 mil reais pra mim poder fazer o figurino né, mas ai ele até falou: mas e a costureira? Vai pagar como? Eu disse: não sei, a gente se vira. Então ficou arranjado R\$6.500,00. (Ênio, Coordenador da ONG Corda Pés).

Para o professor Dr. Renato Pequeno, da Universidade Federal do Ceará, em entrevista para esta pesquisa, a especificidade do conjunto Palmeiras passa pela ideia de se ter conseguido capitanear os escassos equipamentos sociais e as vocações dos moradores daquele território.

A sacada que a liderança, lá no caso, que o Joaquim teve pra criação do Palmas é essa: vamos criar um círculo virtuoso. Vamos acabar com esse círculo vicioso que é eu ficar dependente de comprar tudo fora. Vamos fazer que se você sabe fazer uma coisa eu sei fazer outra, a gente troca. Se você vende alguma coisa, eu vou dar preferência para comprar de você que de um bairro distante, pra eu fazer com que o recurso circule aqui - Professor Renato.

Enfim, a variável de análise que aborda o desenvolvimento da instituição, sua estrutura de gestão para oferta de serviços financeiros e bancários, bem como a autonomia da gestão/composição do fundo de dados de desempenho institucionais quando comparadas a outras instituições de microcrédito não comunitárias, mostram que o Banco Palmas possui uma atuação satisfatória. Nesse sentido, vale retomar França Filho (2007) que afirma que o Banco Comunitário possui duas “condições que o tornam empreendimento de microfinanças incomum: a hibridação de diferentes fontes de financiamento (moeda social, crédito para produção, empréstimos a juros subsidiados, etc.) e a construção conjunta da oferta e da demanda”. A seguir, a figura 16 demonstra o desenvolvimento, orgulho e identidade dos moradores com o território.



Figura 16 – Foto da parede lateral interna do Banco Palmas
Fonte: Imagem do autor, 2011.

Fato este observado e comprovado nas ações do Banco Palmas,

conforme relato abaixo do morador Ênio, coordenador da ONG CORDA PÉS.

[...] [viagem do grupo de dança para um festival em SC] É por que a gente viajou pra SC – Criciúma né, ai a gente queria se apresentar, porque a gente não estava inserido no financeiro e ninguém conhecia o grupo fora do Palmeiras, Fortaleza não conhecia. Então a gente queria fazer alguma coisa que o pessoal pensasse: ah o grupo existe. Ai a gente se juntou e ai a gente falou vamos viajar. Ai eu comecei a me convidar para os festivais, não era o festival me convidar não, era eu me convidar: olha eu queria participar do seu grupo, do seu festival, poderiam aceitar a gente, tal...tal... Conjunto Palmeiras. Ai o festival aceitou a gente, ficamos livres da taxa da inscrição e ai o festival aceitou. Ai Criciúma – SC foi o único que pegou e aceitou... Então muito longe daqui de Fortaleza, mas está bom, vamos tentar. Ai a gente começou a fazer apresentação nas escolas, passava o chapéu e os alunos colocavam 1,00 real, 5,00 reais, o dia que eles podiam. Na escola Nanci Barbosa, cada professor deu 10,00 reais, o Banco Palmas cedeu pra gente 3 passagens aéreas, e ai a gente começou dentro da comunidade a fazer esse trabalho. Então, assim quando a gente chegou lá, a gente tirou o primeiro lugar lá nesse festival, tinha 40 grupos entre grupos da Argentina, Portugal, né e ai a gente foi o grupo que se destacou a Prefeitura não deu sequer uma passagem. O Governo do Estado não. E a gente procurou todo mundo, o BNB, que é um banco também a gente procurou. A gente não teve apoio de jeito nenhum e o Banco Palmas ajudou a gente. E ai a gente foi, representou o Ceará lá nós fomos como Ceará fizemos muitos trabalhos e a gente ficou até surpreso quando a gente ganhou né o pessoal “mangano” das nossas roupas e tal, mas assim a gente ganhou até esse certificado de lá, de papel, e ai pronto. Então assim, a gente sempre precisa a gente corre no Banco Palmas (Ênio)

É possível afirmar que o Banco Palmas cria sua oferta e demanda e também identifica, cada vez mais, novos projetos dentro do Conjunto Palmeiras, criando assim uma rede coesa e muito identificada com o território.

[...] eu digo assim, o banco palmas é uma parte, mas que existe uma rede, um conjunto de... ali não é um projeto, é um programa. Então eu tenho o projeto do Banco, que ganha pernas, que ganha o mundo, mas ele vai identificando outros pequenos projetos, então eu tenho uma.. tenho um Around (diversidade de projetos que alimentam o Banco) [...] Professor Renato

Além dos diferenciais apresentados do Banco Palmas em relação a outras experiências de microfinanças não solidárias, de acordo com a II CONAES (2010, p. 25).

Recente pesquisa realizada pelo Governo do Ceará, por meio da Universidade Estadual, apontou os seguintes resultados após o desenvolvimento das atividades do Banco Palmas na comunidade: as vendas nos pontos comerciais aumentaram em 40%; o número dos sócios na Associação aumentou de 500 para 1.300 em dois anos;

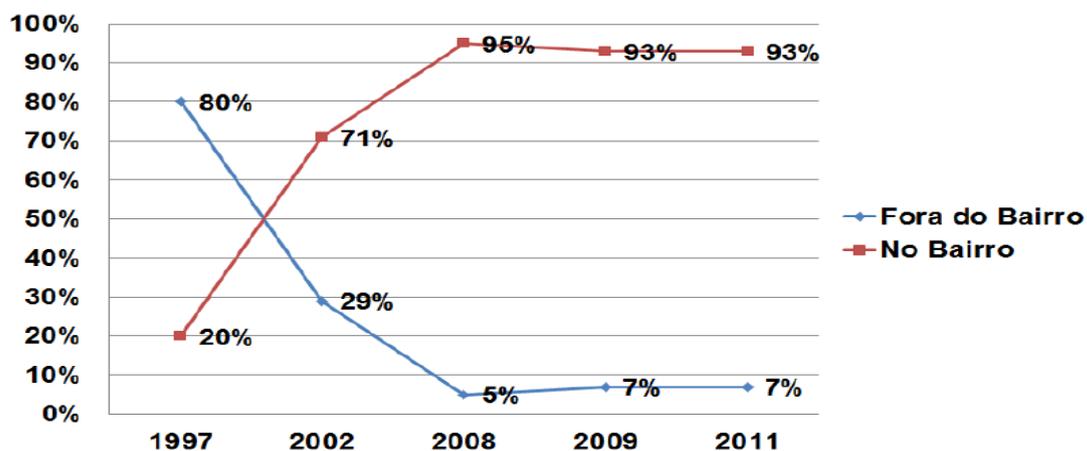
300 novas ocupações diretas e 600 indiretas foram geradas a partir da implantação da política de créditos; 30 mil Palmas (moeda social) estão sendo usadas no bairro. As mulheres aumentaram em 30% suas participações nas atividades da Associação a partir da Incubadora Feminina. Com relação aos clientes do Banco Palmas, 82% se sentem mais responsáveis; 95% consideram o Banco Palmas um agente erradicador da fome e promotor de emprego e renda; 54% se tornaram mais solidários.

Portanto, tomando como referência as 4 variáveis de análise, é possível afirmar quantitativamente e qualitativamente que o Banco Palmas promove, de uma maneira consistente, a melhoria da equidade social do conjunto Palmeiras.

O Banco Palmas dispõe de estrutura e projetos que são reconhecidos, aceitos e apoiados por grande parte dos moradores do Conjunto Palmeira. Prova disso e grande símbolo é a moeda social “Palmas”, circulante local que fez aumentar consideravelmente o consumo dos moradores **dentro** do bairro, conforme pode ser visto pelo gráfico 2.

Gráfico 2 – Evolução do Consumo do Conjunto Palmeira 1997 – 2011.

Evolução do Consumo do Conjunto Palmeira 1997 - 2011



Fonte: Instituto Palmas, 2012.

2.6 BANCO COMUNITÁRIO UNIÃO SAMPAIO – SP

Assim como o Banco Palmas, o União Sampaio surgiu dentro de um território de muitas lutas e de grande carência. Verificou-se, em visita empírica,

a existência de um grupo forte e com bastante legitimidade no bairro Jardim Maria Sampaio. Abaixo segue a figura 17 com o mapa de referência da localização do Jardim Maria Sampaio na cidade de São Paulo, é possível notar que o bairro se localiza próximo a outras favelas da zona sul paulistana.

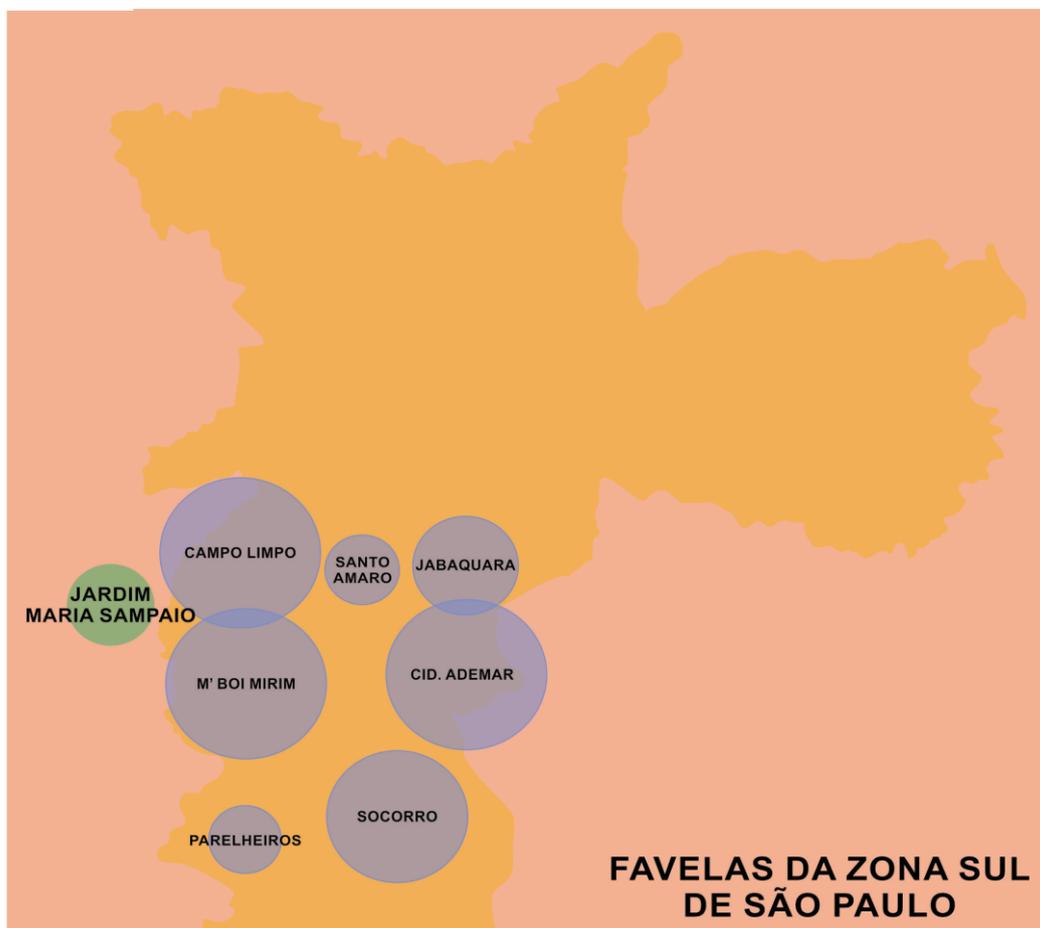


Figura 17 – Localização Banco União Sampaio na cidade de São Paulo.
Fonte: Organizada pelo autor, 2012.

2.6.1 Histórico do Jardim Maria Sampaio.

O bairro conta, atualmente (2011), com aproximadamente 30 mil moradores, e se localiza na periferia da cidade de São Paulo, no distrito de Campo Limpo (vide figura 17). Esse grupo se formou há mais de 30 anos e trata-se de uma união de mulheres que, desde a criação no final da década de 70, já buscavam melhores condições de vida. *“Essas mulheres do bairro, reunidas, durante todo este período realizaram diversas ações locais, principalmente no apoio às crianças e na alfabetização do bairro”* (Relatos dos moradores).

O Banco Comunitário União Sampaio, como cita o coordenador da equipe do Banco, só existe pela credibilidade e identidade desse grupo, o qual atende pelo nome de Casa da Mulher e da Criança e da Rede Solidária Zona Sul e é sede da UPM, União Popular das Mulheres. Nas figuras 18 e 19 estão o símbolo da União Popular das Mulheres e da entrada da sede da Casa da Mulher e da Criança, onde hoje também funciona o Banco União Sampaio.



Figura 18 – Símbolo da União Popular das Mulheres.
Fonte: Retirado de <www.uniaopopmulheres.org.br>.



Figura 19 – Foto da entrada da Casa da Mulher e da Criança.
Fonte: Banco União Sampaio (2011).

A ideia da criação do Banco veio em 2009, por meio da proposta da Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da USP de São Paulo

(ITCP), que possuía uma importante parceria com a Prefeitura do Município de São Paulo, através da Secretaria de Desenvolvimento Trabalho e Solidariedade (SDTS-PMSP), no Programa Oportunidade Solidária.

Nesse trabalho foram desenvolvidas atividades com os beneficiários dos programas de redistribuição de renda Começar de Novo e Bolsa Trabalho, nos distritos de Capão Redondo, Jardim Ângela e Campo Limpo, onde se localiza o Jardim Maria Sampaio, na periferia da Zona Sul de São Paulo. Como resultado, estão registrados um total de 1500 pessoas atingidas e mais de 50 grupos acompanhados. A partir dessa experiência, propôs-se uma nova estratégia de atuação, baseada na criação e na consolidação de uma Rede Solidária local.

Essa nova estratégia, em desenvolvimento desde o início de 2004, inicialmente com apoio do Programa Oportunidade Solidária, complementa a principal atividade realizada pela ITCP-USP, qual seja a incubação de empreendimentos de Economia Solidária. A formação da Rede local, de seis empreendimentos da Zona Sul e outros quatro empreendimentos no entorno da USP são, atualmente, projetos desenvolvidos por meio do financiamento do Programa Nacional de Incubadoras do governo federal (PRONINC).

A Rede envolve parceiros do poder público local, empreendimentos de economia solidária e entidades da sociedade civil. A partir das parcerias, a ITCP, com o estudo local do Maria Sampaio, se aproximou da Casa da Mulher e Criança e realizou a proposta de criação de um Banco Comunitário que teria o apoio da Incubadora Universitária, mas seria gerenciado pelo grupo da comunidade local, assim como a ASMOCONP, no Banco Palmas.

2.6.2 Criação do Banco União Sampaio

A coordenação da Casa da mulher e da Criança, a partir do entendimento do Banco Comunitário, das ações de Economia Solidária, e do desejo do desenvolvimento local, se interessou pela proposta e, durante alguns meses estudos foram realizados no Maria Sampaio.

Os moradores participaram da criação e da escolha do nome do Banco e uma divulgação foi realizada, no bairro.



Figura 20 – Símbolo do Banco União Sampaio.

Fonte: Retirado de <http://bancocomunitariosampaio.blogspot.com.br/>.

No dia de sua inauguração, 27/06/2009, houve uma mobilização popular, no bairro, para a data, que foi seguida de uma festa junina. Conforme notícia do site “FACES DO BRASIL”, do dia 26/06/2009, a programação de inauguração era:

No dia 27 de junho ocorrerá o ato de inauguração de mais um Banco Comunitário no município de São Paulo, que será na Zona Sul, na região do Largo do Campo Limpo e no Jardim Maria Sampaio. O evento terá início às 13h no Centro de Referência em Economia Solidária da Zona Sul, com um debate sobre Finanças Solidárias: Como Estamos Avançando com o Banco Comunitário? O debate contará com a presença da Prof.^a Sylvia Leser, com o economista Idalvo Toscano e com um integrante de um empreendimento de Economia Solidária, que se depara fortemente com o problema do acesso ao microcrédito. Depois do debate haverá uma caminhada, às 15h, até a sede do Banco Comunitário União Sampaio, aonde será realizado o Ato de Inauguração, às 16h, com uma Festa Junina. Teremos neste espaço a presença de um representante da Diretoria de Menor Renda do Banco do Brasil, da Deputada Estadual Luiza Erundina e um representante do Instituto Palmas, ligado ao primeiro banco comunitário implementado no Brasil, o Banco Palmas. Este tem sido modelo para a implementação de políticas públicas de acesso ao microcrédito e de fomento a Economia Solidária e a Economia Popular, tanto pela SENAES/MTE (Secretaria Nacional de Economia Solidária/ Ministério do Trabalho e Emprego) quanto pelo Banco do Brasil, por meio do Banco Popular do Brasil. O Banco será sediado na União Popular de Mulheres do Campo Limpo e Adjacência. Associação local atuante há mais de 20 anos na região, junto ao movimento popular e ao movimento de mulheres, sendo

ativa na mobilização local, desde o movimento contra a carestia na década de 80, até os dias atuais. Esta implementação é fruto de uma parceria com a Rede Solidária da Zona Sul, que é uma organização da sociedade civil, constituída em 2004, em torno da Economia Solidária e do Desenvolvimento Local; agregando grupos produtivos da Economia Solidária e entidades locais, incluindo representantes do poder público local e a Cáritas do Campo Limpo.

Segundo entrevista realizada com um dos membros da coordenação do Banco, *“todos esses atos foram muito importantes, pois a mobilização popular, e apoio de outras entidades, inclusive do poder público e de representantes do Banco Palmas, deram força para o início dos trabalhos”*. (Rafael)



Figura 21 – Foto da vista lateral da entrada do “União Sampaio”.
Fonte: Imagem do autor (2011)

2.6.3 Funcionamento do banco

No contexto de análise do funcionamento do Banco União Sampaio, aplicou-se as mesmas quatro variáveis de apreciação usadas para o Banco Palmas nas informações obtidas do Banco paulistano, a partir das entrevistas realizadas e do acervo teórico do objeto.

No que diz respeito à primeira variável de análise - *Inclusão*

Socioeconômica e Financeira – nota-se que o Banco União Sampaio está em processo de estruturação para que essa condição seja alcançada. Por se tratar de um Banco que surgiu em 2009, ou seja, muito recente, percebe-se que o objetivo evidente é a inclusão social e financeira dos moradores do Maria Sampaio, mas que a caminhada ainda é longa. Aqueles que já são usuários do Banco se mostram, entretanto, bastante confiantes e legitimam a existência do mesmo. *“Em pouco mais de 2 anos dezenas de estabelecimentos já aceitavam e utilizavam a moeda Sampaio” (Edmilson morador do bairro).*



Figura 22 – Logo dos comércios que aceitam o “Sampaio”.

Fonte: Retirado de <<http://www.escoladenoticias.org/p/contrate-o-escola-de-noticias.html>>.

O Banco União Sampaio tem atuação importante na educação financeira, assim como na articulação e na movimentação econômica da comunidade. O sistema de crédito é dividido em produtivo, consumo e correspondente bancário, porém, o modo de conceder o crédito é completamente diferente dos Bancos Comerciais, já que não há consulta aos órgãos de proteção ao crédito, como SPC e SERASA, e a relação é pautada na confiança. O beneficiário do crédito necessita habitar o bairro há mais de cinco anos, ser bem quisto pela população local e ter uma conduta aceita pelo bairro, entre outros fatores, que vão muito além do simples ato de emprestar o dinheiro, assim como no Banco Palmas.

Outro fator importante citado pela coordenação do Banco União Sampaio é que o empréstimo é a última alternativa a se buscar. O requerente tem todas as suas finanças avaliadas pelo “analista de crédito” do banco, e

muitas vezes a pessoa não precisa do empréstimo, mas sim aprender a administrar o dinheiro que ganha e manter as contas em dia. Os fatos citados mostram a segunda variável de análise - *Participação e Controle Social* – também presente no Jardim Maria Sampaio, pois, fica evidente a credibilidade da comunidade com relação ao Banco e a participação dos moradores na gestão da instituição. Na figura 23 é possível observar os moradores utilizando a moeda social “Sampaio”.



Figura 23 – Moradores usando Sampaio.

Fonte: Retirado de <<http://planetasustentavel.abril.com.br/blog/blog-da-redacao/banco-comunitario-uniao-sampaio-moeda-paralela-fortalece-comunidade-de-sp/>>.

O Banco União Sampaio possui atuação contundente no que diz respeito à terceira variável de análise da pesquisa, o *Desenvolvimento das Capacidades*, conforme pode ser visto no quadro 3, o qual apresenta o sistema de crédito do Banco, que funciona com o seguinte objetivo: realizar acompanhamento e formação com empreendedores interessados por meio ferramentas específicas, tais como Plano de Negócio, Comercialização, e Gestão Financeira.

O sistema de crédito do União Sampaio funciona da seguinte forma:

Quadro 3 – Sistema de Crédito do União Sampaio.

<p><u>Crédito Produtivo</u> Objetivos: atender aos pequenos empreendedores locais com capital de giro ou fixo (EES – Comerciantes – Mulheres – Cultura) Realizado em Reais. Valor máximo de R\$ 1.000,00 Parcelas em até 6 vezes e taxa de juros evolutivo: De R\$ 100,00 a R\$ 300 = 1,5% De R\$ 300,00 a R\$ 699,00 = 2% De 700,00 a R\$ a R\$ 1.000,00 = 2,5%</p> <p><u>Crédito Consumo</u> Objetivo: atender às necessidades emergenciais ou aos desejos de consumo, promovendo o fortalecimento dos empreendimentos locais. Realizado \$ampaio; valor máximo \$ 300,00 Parcelas em até 4 vezes e taxa de juros de 0% Taxa adm 1% e multa por atraso de R\$ 0,25 ao dia. “Para acessar os créditos é preciso fazer uma solicitação de crédito no banco e depois receber em sua casa a visita do banco para preencher um questionário socioeconômico para análise de crédito”.</p>

Fonte: <<http://bancocomunitariosampaio.blogspot.com.br/>>.

A partir destas ações evidenciadas pelo sistema de crédito vigente do Banco, pode-se afirmar que existe no Jardim Maria Sampaio, ações que potencializam as capacidades dos indivíduos e do território, assim como articulações entre projetos e produtos/ serviços financeiros, fatos que cumprem com todos os itens analisados pela terceira variável.

Segundo um dos coordenadores do Banco “o objetivo destas ações é *“realizar um acompanhamento e uma formação com os empreendedores interessados, com ferramentas específicas.”* (Rafael).

A respeito da quarta variável, *Desempenho Institucional*, verificou-se que os dados e o pouco tempo de experiência do Banco, tornaram a análise muito subjetiva. Portanto, não foi possível realizar a apreciação científica desta variável no União Sampaio.

Baseado nas variáveis apresentadas fez-se necessário apresentar um quadro síntese 4, e comparativo entre os dois objetos de estudo para melhor compreensão das diferenças reais entre estas experiências.

Quadro 4 – Comparativo de variáveis de análise: Banco Palmas CE x Banco União Sampaio-SP.

	Palmas (CE)	U. Sampaio (SP)
Inclusão Socioeconômica e Financeira	X	X
Acesso aos serviços financeiros e bancários	X	X
Educação financeira	X	
Movimentação econômica da comunidade	X	
Articulação da comunidade	X	
Participação e Controle social	X	
Credibilidade da comunidade	X	X
Participação da comunidade na gestão da instituição	X	
Desenvolvimento das Capacidades	X	X
Realização das ações que potencializam as capacidades dos indivíduos e do território	X	
Articulação entre projetos e produtos/ serviços financeiros	X	X
Desempenho Institucional	X	
Estrutura de gestão para oferta de serviços financeiros e bancários	X	
Autonomia da gestão e composição do fundo	X	
Dados desempenho institucionais comparáveis a outras instituições de microcrédito não comunitárias	X	

Fonte: Organizado pelo autor (2012).

3 BANCOS COMUNITÁRIOS SEUS DIFERENCIAIS E O DESENVOLVIMENTO SOCIAL DO TERRITÓRIO

A tecnologia social apresentada neste trabalho se tornou incontestavelmente uma força representativa dos princípios da economia solidária, no Brasil temos o sistema nacional de informações em economia solidária, o SIES, assim como o Atlas da Economia Solidária que mostra a distribuição dos EES pelo território nacional, entretanto, os Bancos Comunitários se mostraram como serviço *sui generis* de finanças e economia solidária, e com isso foi criada a Rede Brasileira de Bancos Comunitários que conta atualmente com quase 80 bancos, vide figura 24. Portanto, os Bancos Comunitários tornaram-se efetivamente, nesta última década, um instrumento de luta frente às desigualdades geradas pela acumulação de capital.



Figura 24 – Símbolo da Rede Brasileira de Bancos Comunitários
Fonte: Banco Palmas (2012)

Enquanto tecnologia social, baseado em Passos (2007), os Bancos Comunitários estão bem caracterizados e conceituados como um projeto de apoio às economias populares de territórios com baixo desenvolvimento socioeconômico, oferecendo a esta população quatro serviços financeiros básicos: *fundo de crédito solidário, moeda social circulante local, feiras locais e capacitação em Economia Solidária.*

Além disso, (PASSOS, 2007, p. 66), afirma que é possível assumir o Banco Comunitário como sendo possuidor de um destacado papel de promotor do desenvolvimento territorial, do empoderamento e da organização comunitária, ao articular – simultaneamente – produção, comercialização,

financiamento e capacitação das comunidades do território.

3.1 QUEM PRECISA DE UM BANCO COMUNITÁRIO?

Segundo o IBGE, (2008 apud Ushizima, 2008):

[...] 13 milhões de pessoas trabalham no setor informal. Como 94% deste contingente não possui carteira assinada, encontra maiores dificuldades em realizar um financiamento tradicional, tendo em vista a formalidade e as exigências dos bancos brasileiros. A pesquisa sobre Economia Informal Urbana realizada pelo IBGE confirma esta dificuldade de acesso ao crédito: os dados apontam que 95% das empresas informais não utilizaram qualquer tipo de crédito, seja pela dificuldade de acesso, seja por seu alto custo. E justamente para suprir o reduzido volume de crédito destinado ao trabalhador do setor informal, ao desempregado, a dona-de-casa, que os bancos populares surgem como uma organização local de fomento.

Baseado nos estudos realizados nesta pesquisa é possível afirmar que esta tecnologia social está voltada para o público caracterizado pelo alto grau de vulnerabilidade social. Os créditos em consumo são concedidos, em sua maioria, em moeda social sem juros, de forma a propiciar uma sinergia entre os créditos produtivos concedidos e os créditos de consumo.

A aprovação dos créditos solicitados ao banco ocorre como nas experiências do Banco Palmas e do União Sampaio, com o aval das pessoas da comunidade, as quais conhecem quem está solicitando o crédito, e com a participação dos trabalhadores do banco no Conselho de Análise de Crédito – CAC (BANCO UNIÃO SAMPAIO, 2010). Nestes termos, torna-se evidente a ideia de comunidade como diferencial para a implantação desta tecnologia social, já que a construção de um Banco Comunitário só é possível em território onde exista este grau de identidade e maturidade social entre as pessoas.

Os Bancos Comunitários vão ao encontro das ideias de Ledgerwood (1999).

[...] a constituição de grupos é condição necessária para a tomada do empréstimo. Esses grupos são responsáveis pela seleção dos beneficiários, criando mecanismos que vinculam socialmente um tomador ao outro: a liberação de um empréstimo depende do pagamento do outro. São mecanismos que diminuem os custos de transação, facilitam o acesso aos serviços financeiros, não demandam garantias reais e ajudam a diminuir as taxas de juros e o índice de inadimplência através de um monitoramento “invisível” efetivo.

Os trabalhadores do banco são integrantes da própria comunidade ou vivem na localidade, o que gera outra forma de atendimento, mais humana e pessoal, diferentemente do atendimento dos bancos convencionais, pois é a partir da identidade das pessoas com o Banco que ele se torna, naturalmente, legítimo no território, demonstrando a existência de um sentimento de pertencimento e de apropriação (territorialidade) desse território . Vale citar, mais uma vez, Hock (1999), que afirma que a comunidade é *independência, interdependência e a intradependência dos indivíduos* dentro de um território, *pois a verdadeira comunidade exige proximidade, interação e contato contínuo e direto entre as pessoas, o lugar e as coisas de que é composta.*

3.1.1 Quem pode ter um Banco Comunitário?

Os Bancos Comunitários não devem ser encarados como a salvação para todos os problemas sociais, muito menos como modelo pronto a ser implantado em todos os territórios.

A atuação desse tipo de banco se dá de forma integrada com a produção e o consumo local, pois é formulado a partir de linhas de crédito produtivo e de consumo, levando em consideração critérios de análise de crédito que contemplem as especificidades de cada comunidade.

Tendo em vista a dificuldade enfrentada no acesso aos serviços financeiros e de microcrédito pelas populações de baixa renda e trabalhadores informais, os bancos comunitários surgiram como uma iniciativa de Economia Solidária gerida no seio das comunidades, sendo alternativa às fontes tradicionais de crédito. Os Bancos Comunitários, portanto, buscam o benefício da comunidade, entretanto, o desejo e a mobilização devem ser endógenos.

3.2 DIFERENCIAIS E SINGULARIDADES DA TECNOLOGIA SOCIAL: Banco Comunitário

Constatou-se durante a pesquisa, alguns diferenciais e singularidades desta experiência, como por exemplo, a **gestão, a qual é feita por uma associação local em conjunto com a comunidade por meio da criação de um conselho gestor e da realização de fóruns periódicos.**

Abaixo seguem as demais características dos Bancos Comunitários que se acredita diferenciá-los dos Bancos Comerciais e de outras formas de microcrédito.

1. É a própria comunidade quem cria o banco, tornando-se gestora do mesmo por meio de uma associação local.
2. Os usuários são “prosumidores”, ou seja, criam a oferta e demanda em conjunto com o Banco.
3. O banco financia a produção e o consumo local, buscando promover o desenvolvimento da comunidade.
4. Fomenta de forma social e integrada o desenvolvimento do comércio local e da economia popular.
5. Atua em territórios caracterizados pelo alto grau de exclusão social.
6. A tecnologia social Banco Comunitário possui por premissa e trabalha com a equidade e com o capital humano e social, conforme as ideias de Desenvolvimento Social que foram apresentadas no trabalho.
7. Os Bancos Comunitários disponibilizam recursos monetários às pessoas não atendidas pelo sistema financeiro convencional e podem identificar também o conjunto de tecnologias sociais que contribuam para a criação de uma rede de empreendimentos econômicos solidários para o fortalecimento da produção e do consumo locais, de forma a potencializar a integração social e as relações comunitárias, gerando o desenvolvimento sócio - econômico do território.
8. As melhorias dos índices de qualidade de vida no Conjunto Palmeiras, onde se encontra o primeiro Banco Comunitário brasileiro, são inegáveis, após mais de uma década de funcionamento.
9. Vem se formando no país, uma sólida rede de Bancos Comunitários que conta com o apoio de diferentes atores institucionais e da sociedade civil. Tanto que, em pouco mais de uma década, já existem, no Brasil, quase 80 bancos Comunitários e uma organização responsável (Instituto Palmas) pela reaplicação dessa metodologia.

Em suma, baseado na Rede de Bancos Comunitários (2006 apud SILVA JÚNIOR, 2007), as características que se acredita distinguirem os Bancos Comunitários de outras formas de microcrédito são:

A coordenação do Banco e gestão dos recursos são efetuados por uma organização comunitária; ii) A utilização de linhas de microcrédito para a produção e o consumo local com juros justos que possibilitam a geração de renda e oportunidades de trabalho em toda a comunidade; iii) A concessão e cobrança dos empréstimos são baseados nas relações de vizinhança e domesticidade, impondo um controle que é muito mais social que econômico; e iv) A criação de instrumentos alternativos de incentivo ao consumo local – cartão de crédito e moeda social circulante local – que são reconhecidos por produtores, comerciantes e consumidores como eficazes para a dinamização da economia local (REDE BRASILEIRA DE BANCOS COMUNITÁRIOS, 2006).

Vale reafirmar uma premissa básica e de suma importância que distingue os Bancos Comunitários dos tradicionais bancos: *os Bancos Comunitários não visam o lucro.*

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa que deu origem a este trabalho foi realizada com o objetivo de verificar o papel dos Bancos Comunitários no desenvolvimento social dentro do contexto brasileiro. Para tanto, foram realizados esforços em dois sentidos: um teórico, que consistiu na definição conceitual de desenvolvimento social, e outro empírico, representado por dois estudos de caso.

No que diz respeito ao primeiro esforço, chegou-se à conclusão que o desenvolvimento social, na perspectiva da Economia Solidária, é materializado pela valorização das potencialidades e das identidades socioculturais e ambientais, assim como por uma maior interação e participação da população local. Assim sendo, o que se busca é capturar e unir manifestações e tecnologias sociais, com o objetivo de abrir novos campos para o desenvolvimento social em territórios com elevado grau de vulnerabilidade à pobreza e à exclusão social.

Partindo dessa definição, o segundo esforço consistiu na compreensão a importância de uma tecnologia social específica para o desenvolvimento social: os Bancos Comunitários. Esta tecnologia vai além da disponibilização de recursos monetários para pessoas não atendidas pelo sistema financeiro convencional, sendo que contribui também para a criação de uma rede de empreendimentos econômicos solidários, os quais possam fortalecer a produção e o consumo local, de forma a potencializar a integração social e as relações comunitárias.

A pesquisa tinha a hipótese de que a implantação de Bancos Comunitários no território promove desenvolvimento social do mesmo, a partir disso, conforme citado, a pergunta que norteou toda a pesquisa foi: “Quais são as relações e as variáveis existentes entre a implantação de um Banco Comunitário e o Desenvolvimento Social do Território?”. O estudo empírico buscou entender a aplicabilidade dos Bancos Comunitários nos territórios estudados, assim como identificar as adequações necessárias e as dificuldades apresentadas na implantação e administração de dois Bancos Comunitários: o Banco Palmas, em Fortaleza/CE, e o Banco União Sampaio, em São Paulo/SP.

A pesquisa possibilitou chegar à conclusão que as variáveis existentes

entre a implantação de um Banco Comunitário e o desenvolvimento social do território podem ser divididas em 4 categorias:

- i. inclusão socioeconômica e financeira, representada pelo acesso da população local aos serviços financeiros e bancários e à educação financeira, assim como a movimentação econômica e articulação da comunidade;
- ii. participação e controle social, o que significa a credibilidade da comunidade e a participação da mesa na gestão da instituição;
- iii. desenvolvimento das capacidades, ou seja, realização de ações que potencializem as capacidades dos indivíduos e do território e a articulação entre projetos e produtos/serviços financeiros; e
- iv. desempenho institucional, caracterizado pela estrutura de gestão e pela autonomia e composição do fundo do Banco Comunitário.

A partir da verificação dessas quatro variáveis de análise nos estudos de caso, concluiu-se que o Banco Palmas promove o desenvolvimento social em todas suas variáveis, enquanto o Banco Comunitário União Sampaio ainda não tem impactos decisivos no seu território, principalmente no que diz respeito às categorias (ii) e (iv), é pertinente afirmar que o União Sampaio ainda não atingiu o seu grau de maturidade, muito em decorrência de ser uma experiência recente, mas também, por faltarem alguns pontos não alcançados das variáveis apresentadas.

As duas experiências estudadas possuem em comum a mobilização endógena da comunidade, mesmo estando em momentos diferentes de inflexão elas se assemelham no cumprimento da busca pelo desenvolvimento social de seus respectivos territórios.

É possível afirmar que a verdadeira troca que existe nos Bancos Comunitários é muito mais profunda do que simplesmente a circulante local, moeda social, pois ela é uma resultante que só é possível a partir das trocas não monetárias, as quais são intrínsecas àquela comunidade que constituiu seu “espaço social”. Em suma só é possível aplicar, desenvolver, manter experiências de Bancos Comunitários em territórios que possuam e que sejam verdadeiramente uma comunidade.

Os Bancos Comunitários devem ser implantados ainda, em comunidades que possuam um alto grau de maturidade, ou seja, a relação de independência, interdependência e a intradependência dos indivíduos, e a identidade destes com o território, pois o coração e alma da comunidade é a troca não monetária de valor: coisas que fazemos e compartilhamos porque nos interessamos pelos outros e pelo bem do lugar.

No contexto apresentado acima as experiências citadas possuem grande chance de êxito e se mostram diferenciais na busca e na atuação do desenvolvimento social dos territórios.

As proposições para a continuação da consolidação da Rede de Bancos Comunitários no país devem se pautar na máxima da mobilização endógena da comunidade e das especificidades dos atores sociais de cada território, é possível afirmar que respeitando as características e condições apresentadas e analisadas nesta pesquisa, o Banco Comunitário quando implantado com o cumprimento das premissas básicas necessárias, é a forma mais completa de aplicação dos preceitos da economia solidária, pois, consegue cumprir todos os quatro princípios básicos desta: *autogestão, cooperação, dimensão econômica e a solidariedade*, além de criar sua própria oferta e demanda.

Os Bancos Comunitários agem de forma complementar a economia vigente no território nacional, até o presente momento grandes instituições e até o próprio governo, que não supre a grande demanda de miséria e pobreza no nosso país são parceiros da Rede Brasileira de Bancos Comunitários. Um dos motivos deste apoio por parte do governo é que esta tecnologia social realiza um trabalho em locais que na maioria das vezes o Estado se faz ausente. Entretanto, alguns questionamentos surgem neste ponto:

- Até quando os Bancos Comunitários serão olhados com “bons” olhos pelas grandes instituições capitalistas?
- Qual o limite de um banco que trabalha com um sistema financeiro complementar (lastreado em moeda nacional) através de uma economia paralela?
- Dentro dos territórios onde os Bancos atuam os produtos sempre serão mais baratos que os do mercado. Se houver uma “proliferação” de Bancos Comunitários pelo país, ou dentro de uma mesma cidade, em

algum momento esta experiência solidária pode parar de ser complementar e se tornar concorrente das políticas econômicas do governo e de outras instituições?

- O fato de o Banco Comunitário atender apenas o seu território é condição básica para que as premissas do desenvolvimento social atrelado as identidades das comunidades se realize, entretanto, estes Bancos que tanto buscam a solidariedade quando se “fecham” em pequenas ilhas de busca pelo desenvolvimento não estão sendo contraditórios?

O desenvolvimento social obtido e almejado pelos Bancos Comunitários dentro de seus territórios é uma constatação obtida pela pesquisa. O desenvolvimento social não é mais o centro da questão, é possível afirmar que existe a relação da implantação destes bancos com o desenvolvimento dos territórios, o que se propõe para novos estudos é a verificação de quais serão os limites e limitadores desta tecnologia social nos territórios brasileiros.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, R. JUNQUEIRA, R. A sustentabilidade das microfinanças solidárias. **Revista de Administração da USP**, São Paulo, v. 40, n. 1, p. 19-33, jan. - fev.- mar., 2005.

ABRAMOVAY, R; CARVALHO, C. E. O difícil e custoso acesso ao sistema financeiro. In: SANTOS, C. A. (org.). **Sistema financeiro e as micro e pequenas empresas**: Diagnósticos e perspectivas. Brasília: SEBRAE, 2004.

ALBUQUERQUE, F. **Marco conceitual do desenvolvimento local**. 2004. Disponível em: <www.desenvolvimento.org.br>. Acesso em: 17 ago. de 2010.

ANDRADE, M. C. **A questão do território no Brasil**. São Paulo: Hucitec, 1995.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE TRABALHADORES E EMPRESAS DE AUTOGESTÃO – ANTEAG. **Autogestão e economia solidária**: uma nova metodologia. São Paulo, 2004

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Boletim responsabilidade social e ambiental do sistema financeiro**, ano 3, n. 29, 2008.

BANCO PALMAS. **Um sistema integrado de crédito, produção, comércio, consumo e felicidade humana**. Disponível em: <<http://www.bancopalmas.org.br/oktiva.net/1235/secao/10043>>. Acesso em: 12 set. 2010.

BANCO UNIÃO SAMPAIO. **Banco Comunitário União Sampaio**. Disponível em: <<http://bancocomunitariosampaio.blogspot.com/>>. Acesso em: 14 nov. 2010.

BOISIER, S. Em busca do esquivo desenvolvimento regional: entre a caixa-preta e o projeto político. **Revista Planejamento e Políticas Públicas**, 1996. Capturado em www.ipea.gov.br/pub/ppp/ppp13/boisier.pdf em 22/06/2010.

BRASIL. **Projeto de Lei Complementar 93/2007**. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=361065>>. Acesso em: 12 fev. 2011.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. Secretaria Nacional de Economia Solidária. **Atlas da economia solidária no Brasil 2005**. Brasília: MTE/SENAES, 2006.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. 2009. **O que é economia solidária**. Disponível em: <http://www.mte.gov.br/ecosolidaria/ecosolidaria_oque.asp>. Acesso em 20 nov. 2010.

CASTELLS, M. **A sociedade em rede: a era da informação, economia, sociedade e cultura.** São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CANO, I. **Introdução à avaliação de programas sociais.** 2. Ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004

CENTRO DE ESTUDOS PARA O DESENVOLVIMENTO LOCAL. **Sondagem das experiências de moedas alternativas em curso no Brasil.** Banco do Nordeste. 2008.

CONFERÊNCIA NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA – CONAES. 2. **Caderno temático,** 2010.

CORTEGOSO, A; TÁFURI, D, SHIMBO, I; ZANIN, M. **Desenvolvimento territorial por meio da economia solidária: o papel das iniciativas Financeiras.** IN: ENCONTRO LATINO AMERICANO DE EDIFICAÇÕES SUSTENTAVEIS. 2009

CREAR – BRASIL. **Experiência Internacional – Grameen Bank.** Disponível em <<http://www.crearbrasil.com.br/grameen.htm>>. Acesso em: 15 nov. 2010.

EGLER, T. T. C. Espaço e coesão social. In: BARRENECHEA, M. A.; GONDAR, J. (Orgs.) **Memória e espaço: trilas do contemporâneo,** Rio de Janeiro: Sete Letras, 2003.

FÉLIX; et al. **Revista do mestrado em administração e desenvolvimento empresarial.** Universidade Estácio de Sá, Rio de Janeiro, 2009.

FERRAZ, F.J. **Relações entre economia solidária e desenvolvimento local caso: governo federal do Brasil no período 2003-2007.** Disponível em: <<http://sinequanon-Descalvado.blogspot.com/2007/10/relaes-entre-economia-solidria-e.html>>. Acesso em 19 ago. de 2010.

FRANÇA FILHO, G. et al. (orgs.) Une dynamique associative emblematic au nord-est brésilien. In: LAVILLE, J.-L. et al. (Orgs.) **Action publique et economie solidaire.** Paris: Edition-Érés, 2005.

FRANÇA FILHO, G. et al. (orgs.). **Ação pública e economia solidária: uma perspectiva internacional.** Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2006

FRANÇA FILHO; SILVA JÚNIOR. **Fato associativo e economia solidária: a experiência do Banco Palmas no Ceará.** 2003

FRANÇA, G. Novos arranjos organizacionais possíveis? O fenômeno da economia solidária em questão (precisões e complementos). **Organizações e Sociedade**, v. 8, n. 20, jan.-abr. 2001, Salvador: EAUFBA.

FREITAS, C. **Economia e finanças solidárias.** Disponível em: <http://www.seminariobancoscomunitarios.com/uploads/4/1/6/1/4161009/carlos_de_freita.pdf>. Acesso em: 09 dez. 2010.

FUINI, L.L. A nova dimensão dos territórios: Competitividade e arranjos produtivos locais (APL). **Estudos Geográficos**, v. 4, n 1, p. 53-66, 2006.

GILL, Antônio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002.

GODOY, T. M. P. **O Espaço da Produção Solidária dos Catadores de Materiais Recicláveis – Usos e Contradições**. Dissertação de Mestrado em Geografia. Instituto de Geociências e Ciências Exatas – UNESP, Rio Claro, 2005.

HOCK, D. **O nascimento da Era Caórdica**. Editora Cultrix, 1999.

Incubadora Regional de Cooperativa Populares/Universidade Federal de São Carlos – INCOOP/UFSCar. **Proposição de diretrizes para políticas públicas em Economia Solidária como condição para desenvolvimento de território urbano: caso Jardins Gonzaga e Monte Carlo – São Carlos – SP**. São Carlos, 2008.

INSTITUTO DE TECNOLOGIA SOCIAL - ITS (Org.). **Conhecimento e cidadania 1: tecnologia social**. Guarulhos: Publisher, 2007.

INSTITUTO PALMAS. **Apresentação matriz de indicadores para bancos comunitários**. 2012. Disponível em: <<http://www.inovacaoparainclusao.com/anexo-v---palestra-matriz-de-indicadores.html>>. Acesso em: 08 out. 2010.

JANUZZI, P. M. Indicadores Sociais na formulação e avaliação de políticas públicas. In **Revista brasileira de administração pública**, v.36(1), p. 51-72, Rio de Janeiro, jan.fev. 2002.

JANUZZI, P. M. **Indicadores sociais no Brasil**. Campinas: Ed. Alinea, 2001.

JOIA, L. A. Geração de modelos teóricos a partir de estudos de casos múltiplos: da teoria à prática. In: VIEIRA, M. M. F.; ZOUAIN, D. M. **Pesquisa qualitativa em administração**. 2 ed., Rio de Janeiro: FGV, 2006.

JORNAL FOLHA DE SÃO PAULO. **Bernard Lietaer's interview with brazilian newspaper Folha de S. Paulo**. Disponível em: <<http://pt.scribd.com/doc/14527360/Bernard-Lietaer-Interview-Brazilian-Folha-de-S-Paulo>>. Acesso em: 20 mar. 2011.

KLIKSBERG, B. **Repensando o Estado para o desenvolvimento social: superando dogmas e convencionalismos**. Tradução: Joaquim Ozório Pires da Silva. Brasília, Cortez, 1998.

LEITE; CASTRO; SANTOS. **O processo de construção de um clube de trocas esua função como catalisador no fomento a novos empreendimentos econômico solidários**. V Encontro Internacional de Economia Solidária “O Discurso e a Prática da Economia Solidária”, 2007.

LEMOS, M. ENTREVISTAS GRAVADAS NO BANCO PALMAS , 2011.

MELO NETO, J. J.; MAGALHÃES, S. (org.). **Bairros pobres – ricas soluções:** Banco Palmas ponto a ponto. Fortaleza: Lamparina, 2003.

MELO NETO, J. J.; MAGALHÃES, S. (org.). **Banco comunitário e cooperativa de crédito:** uma relação necessária para potencializar as finanças da periferia. Fortaleza: Expressão Gráfica, 2005.

MENDES, A. A. **Reestruturação locais como efeitos da globalização econômica:** uma análise da estrutura produtiva mutante do pólo têxtil de Americana, SP. Tese (Doutorado) – Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 1997.

MORELLI, SUERTEGARAY. Meio ambiente, território e identidade cultural: estudo de caso da aracruz celulose do RS. **Geografia: Ensino & Pesquisa**, Santa Maria, v. 13 n. 2, p. 430-435, 2009.

MUSA, S. M. **Diminuição da pobreza em Bangladesh.** A experiência do Banco Grameen. 2001. Disponível em: <<http://www.comitepaz.org.br/download/Diminui%C3%A7%C3%A3o%20da%20Pobreza%20em%20Bangladesh.pdf>>. Acesso em: 20 fev. 2011.

PASSOS, O. A. V. D. **Estudo exploratório em bancos comunitários: conceito, características e sustentabilidade.** Dissertação de Mestrado em Administração. Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2007.

PEXE. **Prosumidores:** saiba o que é. Disponível em: <<http://fmanha.com.br/blogs/cartasnamanga/2010/11/17/prosumidores-saiba-o-que-e/>>. Acesso em: 12 jul. 2011.

PNUD – PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. **Definição e metodologia de cálculo dos indicadores e índices de desenvolvimento humano e condições de vida.** 2000. Disponível em: Acesso em: 24 jan. 2011.

PNUD – PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. **Relatório sobre o desenvolvimento humano.** Anuais: 1990-2006. 2006. POCHMAN, M.; AMORIM, R. (org.). **Atlas da exclusão social no Brasil.** 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2003.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE (PBH). **Índice de Qualidade de Vida Urbana de Belo Horizonte – IQVU/BH.** Belo Horizonte: ACS / PBH, 1996.

REDE BRASILEIRA DE BANCOS COMUNITÁRIOS. **Banco comunitário:** serviços solidários em rede. Fortaleza: Instituto Banco Palmas, 2006.

REDE BRASILEIRA DE BANCOS COMUNITÁRIOS. **Memória das reuniões da rede na I Mostra de Cultura e Economia Solidária.** Fortaleza: Instituto

Banco Palmas, mai. 2006.

REDE DE TECNOLOGIA SOCIAL – RTS. **Rede de Tecnologia Social**. Disponível em: <<http://www.rts.org.br/>>. Acesso em: 12 out. 2010.

SANTOS, M. **Espaço e método**. São Paulo: Nobel, 1992.

SANTOS, M; SILVEIRA, M. L. **O Brasil**: território e sociedade no início do século XXI. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SEBRAE. **Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas de São Paulo**. <http://asn.interjornal.com.br/noticia.kmf?canal=214&cod=9180461>. Acesso em 14/07/2010.

SILVA JÚNIOR, J. T. **Bancos comunitários e desenvolvimento territorial**: analisando as singularidades destas experiências de microfinanças solidárias. In: VI CONFERENCIA REGIONAL DE ISTR PARA AMÉRICA LATINA Y EL CARIBE. 8 a 11 de novembro de 2007, Salvador, 2007.

SILVA JÚNIOR, J.T. **Gestão, fato associativo & economia solidária**: a experiência da Asmoconp/Banco Palmas, 2004. 99 f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Escola de Administração, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2004.

SILVA JÚNIOR, J.T. **Avaliação de impactos e de imagem: banco palmas – 10 anos**. Laboratório Interdisciplinar de Estudos em Gestão Social. Juazeiro do Norte: Universidade Federal do Ceará, 2008.

SILVA, E. L.; MENEZES, E. M. **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação**. 3. ed. Florianópolis: UFSC/PPGEP/LED, 2001.

SINGER, P. **Economia Solidária: um modo de produção e distribuição**. In: SINGER, P. & SOUZA, A. (Org.) **A Economia Solidária no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2003.

SINGER, P. **Introdução à economia solidária**. São Paulo: Editora Perseu Abramo, 2002.

SOARES, C. **Moeda Social**: Uma análise interdisciplinar de suas potencialidades do Brasil contemporâneo. Tese de Doutorado 2006. Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

SONDAGEM DAS EXPERIÊNCIAS DAS MOEDAS ALTERNATIVAS EM CURSO NO BRASIL, 2008.

SUNNET NOTÍCIAS. **Bancos comunitários trabalha com reorganização das economias locais e inclusão social**. 2008. Disponível em: <<http://www.sunnet.com.br/home/Noticias/Bancos-comunitarios-trabalham-com-reorganizacao-das-economias-locais-e-inclusao-social.html>>. Acesso em: 10

dez. 2010.

USHIZIMA, L. Y. **Acesso ao Sistema Financeiro**: alternativas à exclusão – O caso dos Bancos Populares. 2008

VASCONCELOS, N. **Bansol**: uma nova experiência em finanças solidárias. S/D. Disponível em: <<http://unpan1.un.org/intradoc/groups/public/documents/iciepa/unpan005470.pdf>>. Acesso em: 12 jan. 2011.

VECCHIATTI, K. Três fases rumo ao desenvolvimento sustentável: do reducionismo à valorização da cultura. **São Paulo em Perspectiva**, v.18, n.3, p.90-95, 2004.

VIEIRA, M. Por uma boa pesquisa (qualitativa) em administração. In: VIEIRA, M; ZOUAIN, D. Pesquisa qualitativa em administração. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006. Cap. 1,p. 13-28.

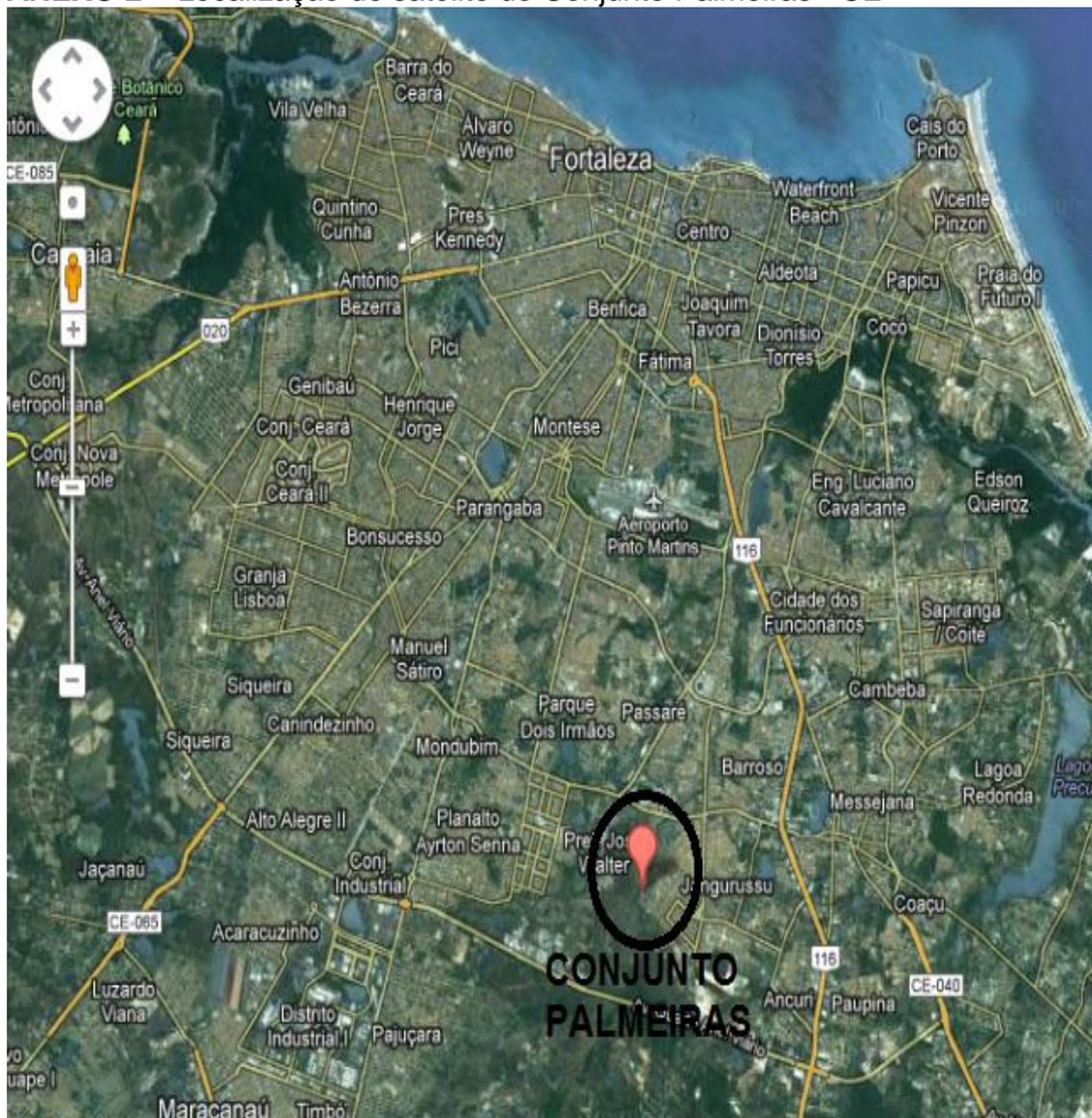
WOLFENSOHN, J. D. **1,3 billion people living on a dollar a day**. The Washington Post, 13 out. 1997.

YUNUS, M. The Grameen Bank story: Rural credit in Bangladesh. In Krishna, A.; Uphoff, N; Esman, M. J. (ed). **Reasons for Hope**: Instructive Experiences in Rural Development. Londres: Kumarian Press, 1997

ANEXO 1 – CD com as entrevistas realizadas no Conjunto Palmeiras³

³ LEMOS, M. ENTREVISTAS GRAVADAS NO BANCO PALMAS , 2011.

ANEXO 2 – Localização de satélite do Conjunto Palmeiras - CE



Fonte: Google Maps, 2012.

